

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIA HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**VALORES SOCIAIS E PRECONCEITO RACIAL:
COMO PERCEBO A MIM E AO OUTRO**

Dissertação de Mestrado

Samuel Lincoln Bezerra Lins

**JOÃO PESSOA – PB
Março de 2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

**VALORES SOCIAIS E PRECONCEITO RACIAL:
COMO PERCEBO A MIM E AO OUTRO**

Dissertação apresentada por Samuel
Lincoln Bezerra Lins ao Programa de
Mestrado em Psicologia Social da
Universidade Federal da Paraíba, para
obtenção do título de Mestre em
Psicologia Social.

João Pessoa – PB
Março de 2010

B574v Lins, Samuel Lincoln Bezerra.

Valores sociais e preconceito racial : como percebo a mim e ao outro / Samuel Lincoln Bezerra Lins. - - João Pessoa: [s.n.], 2010.

126f.

Orientador: Leoncio Camino Rodriguez Larrain.

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA.

*1.Psicologia social. 2.Racismo. 3.Valores Sociais .
4.Preconceito. 5. Primeiro mundo. 6. Terceiro mundo.*

Trabalho inserido na linha de Pesquisa Valores, Direitos Humanos e Socialização Política, através do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – GPCP do Programa de Mestrado em Psicologia Social, da Universidade Federal da Paraíba.

Para o desenvolvimento desta pesquisa e das demais atividades do Curso, o mestrando teve o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio de uma bolsa de estudo

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

A dissertação VALORES SOCIAIS E PRECONCEITO RACIAL: COMO
PERCEBO A MIM E AO OUTRO, elaborada por Samuel Lincoln Bezerra Lins,
foi aprovada em:

João Pessoa, 31 de Março de 2010

Pelos membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Leoncio Camino Rodriguez Larrain (Orientador)
(PPGPS/UFPB)

Profa. Dra. Maria Ligia de Aquino Gouveia
(Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ)

Prof. Dr. Valdiney Veloso Gouveia
(PPGPS/UFPB)

“Toda Honra, toda Glória e todo louvor sejam dados ao Rei Jesus”

“Sempre já um número demasiado deles. ‘Eles’ são os sujeitos dos quais devia haver menos – ou, melhor ainda, nenhum. E nunca há um número suficiente de nós. ‘Nós’ são as pessoas das quais devia haver mais”

Zigmunt Bauman

Agradecimentos

A Jesus, meu Senhor, Salvador e Amigo, pelo cuidado e carinho com minha vida.

Aos melhores pais do mundo, Ademar Candido e Zoraide Lins, pelo amor, confiança e dedicação.

Ao meu irmão amado Ademar Filho, pelas conversas edificantes.

A Eveline, pela compreensão e incentivo.

Ao professor, mestre e amigo Dr. Leoncio Camino, pelas orientações profissionais e pessoais.

Aos professores Dr. Joseli Bastos da Costa e Dr. Valdiney Veloso Gouveia, por me proporcionarem os primeiros prazeres de ser um pesquisador.

A Kátia Cordeiro Antas, pela paciência e amizade de me ensinar a dar os primeiros passos na pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisa em Comportamento Político, por me fazer compreender a dimensão do que é trilhar uma carreira profissional de pesquisador.

A Matheus Laureano e a Ana Clotilde, companheiros de jornada, onde a amizade, o apoio e o incentivo sempre se fizeram presentes.

Aos amigos e pesquisadores Aline Vieira de Lima Nunes e João Fernando Wachelke, pela cumplicidade e estímulo para sermos sempre melhores.

Aos colegas da turma do mestrado, pelo companheirismo, ansiedades e conquistas vivenciadas juntos.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO 1: O PRECONCEITO.....	19
1.1 O PRECONCEITO RACIAL	20
1.2 O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL.....	23
1.3 QUAL A ORIGEM DO PRECONCEITO?.....	30
1.4 COMO PERCEBO A MIM E AO OUTRO?.....	32
CAPÍTULO 2: OS VALORES SOCIAIS E O RACISMO.....	40
2.1 OS VALORES SOCIAIS E O RACISMO.....	41
CAPÍTULO 3: ESTUDO EMPIRICO I.....	54
3.1 OBJETIVOS.....	55
3.1.1 Objetivo Geral.....	55
3.1.2 Objetivos Específicos.....	56
3.2 MÉTODO.....	56
3.2.1 Participantes.....	56
3.2.2 Instrumento de coleta de dados.....	57
a. Questionário de valores psicossociais (QVP- 24).....	57
b. Escala de distâncias percebidas.....	58
c. Escala de rejeição de políticas afirmativas.....	58
d. Escala de rejeição da intimidade (preconceito flagrante).....	59
e. Escala de atitudes favoráveis ao 1º e 3º Mundo.....	59
3.2.3 Procedimentos.....	59
3.2.4 Resultados.....	60
3.2.4.1 Resultados Pesquisa I.....	60
3.2.4.2 Resultados Pesquisa II.....	69

3.2.5 Discussão.....	76
CAPÍTULO 4: ESTUDO EMPIRICO II.....	85
4.1 OBJETIVO.....	86
4.2 MÉTODO.....	86
4.2.1 Participantes.....	86
4.2.2 Instrumentos.....	87
4.2.3 Procedimentos.....	87
4.2.4 Resultados.....	88
4.2.5 Discussão.....	89
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
APÊNDICES.....	116

Lista de Tabelas

Tabela 1. Perfil sócio demográfico dos participantes (Pesquisa I).....	61
Tabela 2. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância dos sistemas de valores atribuído a si mesmo e aos brancos brasileiros (Pesquisa I).....	62
Tabela 3. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância atribuído aos sistemas de valores a si mesmo e aos negros brasileiros (Pesquisa I).....	63
Tabela 4. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância atribuído aos negros aos brancos brasileiros (Pesquisa I).....	64
Tabela 5. Estrutura fatorial da escala de preconceito simbólico (Pesquisa I).....	64
Tabela 6. Estrutura fatorial da escala de preconceito flagrante (Pesquisa I).....	65
Tabela 7. Estrutura fatorial da escala de atitude favorável ao 1º e 3º mundo (Pesquisa I).....	65
Tabela 8. Alfa de Cronbach dos sistemas de valores (Pesquisa I).....	66
Tabela 9. Regressão linear múltipla (<i>stepwise</i>) das variáveis psicossociais com preconceito flagrante (Pesquisa I).....	67
Tabela 10. Regressão linear múltipla (<i>stepwise</i>) das variáveis psicossociais com preconceito simbólico (Pesquisa I).....	68
Tabela 11. Perfil Sócio demográfico dos participantes (Pesquisa II).....	69
Tabela 12. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância atribuído aos sistemas de valores pelos estudantes e aos brancos brasileiros (Pesquisa II)....	70
Tabela 13. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância atribuído aos sistemas de valores pelos estudantes e aos negros brasileiros (Pesquisa II).....	71
Tabela 14. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância atribuído aos negros aos brancos brasileiros (Pesquisa II).....	71
Tabela 15. Estrutura fatorial da escala de preconceito simbólico (Pesquisa II).....	72
Tabela 16. Estrutura fatorial da escala de preconceito flagrante (Pesquisa II).....	72
Tabela 17. Estrutura fatorial da escala de atitude favorável ao 1º e 3º mundo (Pesquisa II)....	73
Tabela 18. Alpha de Cronbach dos fatores (Pesquisa II).....	73
Tabela 19. Regressão linear múltipla (<i>stepwise</i>) das variáveis psicossociais com preconceito flagrante (Pesquisa II).....	75
Tabela 20. Regressão linear múltipla (<i>stepwise</i>) das variáveis psicossociais com preconceito simbólico (Pesquisa II).....	76
Tabela 21. Comparação dos pressupostos iniciais com os resultados obtidos.....	78
Tabela 22. Análise comparativa das comparações de médias das Pesquisas I e II.....	79
Tabela 23. Perfil sócio demográfico dos participantes (Estudo Empírico 2).....	86
Tabela 24. Comparação de médias das pontuações obtidas do grau de importância atribuído aos sistemas de valores pelos estudantes aos países de 1º e 3º mundo.....	89
Tabela 25. Comparação dos pressupostos iniciais com os resultados obtidos.....	90

Lista de Figuras

Figura 1 – Estrutura motivacional dos valores humanos.....	45
Figura 2 – Estrutura e conteúdos dos sistemas de valores.....	50

Lista de Apêndices

APÊNDICE A: Questionário sócio-demográfico.....	117
APÊNDICE B: Questionário de valores psicossociais – QVP-24.....	118
APÊNDICE C: Questões relativas à população de cor negra e branca.....	119
APÊNDICE D: Escala de distância percebida.....	120
APÊNDICE E: Escala de rejeição de políticas afirmativas (preconceito simbólico).....	121
APÊNDICE F: Escala de rejeição da intimidade (preconceito flagrante).....	122
APÊNDICE G: Escala de atitude favorável ao 1º e 3º mundo.....	123
APÊNDICE H: Questionário – Estudo Empírico 2.....	124
APÊNDICE I: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	125

Resumo

O preconceito racial é um tema bastante discutido e relevante no Brasil, onde se tem buscado identificar os fatores que influenciam o seu surgimento. Um fator importante são os valores sociais que, por sua natureza, assimilam estruturas amplamente difundidas entre os grupos sociais e abrangem aspectos individuais e sociais. Por isso, a importância de se investigar a relação entre valores e preconceito. Esta dissertação é composta por dois estudos. O **Estudo Empírico I** teve o objetivo de analisar a relação existente entre os valores e diversas expressões do racismo. Este estudo foi realizado com duas amostras: a primeira com 220 estudantes de uma instituição de ensino superior particular de João Pessoa – PB (150 mulheres e 70 homens, idade média de 24 anos, DP= 6,22). E a segunda com 200 estudantes de uma universidade pública (135 mulheres e 65 homens, idade média de 22 anos, DP= 4,3) da mesma cidade. Os instrumentos utilizados foram: Questionário de valores psicossociais (QVP-24), Escala de distâncias percebidas, Escala de Rejeição de políticas afirmativas, Escala de rejeição da intimidade (preconceito flagrante) e Escala de atitudes favoráveis ao 1º e 3º mundo. Com objetivo de verificar se existem diferenças entre os valores atribuídos pelos estudantes a si mesmos e aos grupos sociais (negros e brancos) foram realizadas comparação de médias (*test-t*). Os resultados indicam que os estudantes das duas universidades praticamente atribuem a si mesmos valores relacionados à Justiça Social e ao Desenvolvimento Pessoal, enquanto que aos brancos atribuem valores Materialistas e Hedonistas (3º mundo), e aos negros, valores de Justiça Social (1º mundo). Posteriormente, foi realizada uma análise dos componentes principais (rotação *Varimax*) para verificar a estrutura interna das escalas e para comprovar a consistência interna dos fatores. As escalas utilizadas apresentaram índices de fidedignidade e validade aceitáveis em ambas as pesquisas. Por fim, com o objetivo de identificar se variáveis do estudo, Valores Psicossociais, Proximidade ao Negro e ao Branco, Atitude Favorável ao 1º e ao 3º mundo, e variáveis sócio-demográficas (Variáveis Independentes), influenciam diretamente o Preconceito Flagrante e Simbólico (Variável Dependente), foi realizada uma regressão linear múltipla (método *stepwise*). Pode-se verificar que a adesão a valores Hedonistas e Materialistas, como ter uma atitude favorável a países de primeiro mundo, ter proximidade com o branco, são preditores da expressão do preconceito, assim como a adesão aos valores de Justiça Social e de Religiosidade e a proximidade com pessoas de cor negra apresentaram uma relação com a não expressão do preconceito. O pressuposto inicial do estudo afirmava que, ao negro, seriam atribuídos valores de terceiro mundo e, ao branco, de primeiro mundo, porém os resultados apresentaram o inverso, o que contribuiu para a realização de outro estudo. O **Estudo Empírico II** objetivou verificar quais os valores sociais que os estudantes universitários atribuem às pessoas de 1º e 3º mundo. Participaram do estudo 220 estudantes de uma Universidade Pública da cidade de João Pessoa-PB (75 homens e 145 mulheres), com idade média de 21 anos (DP= 3; min= 17 e máx= 34). Foi solicitado ao estudante que indicasse, em ordem de importância, três valores dos 24 valores do QVP-24, que ele classifica como valores de Primeiro Mundo e de Terceiro Mundo. Aos países de 1º mundo, foram relacionados valores vinculados ao Desenvolvimento Individual e ao Materialismo, enquanto que aos países de 3º mundo foram atribuídos valores relacionados à Justiça Social, Desenvolvimento Profissional, Hedonismo, e à Religiosidade. Os resultados do segundo estudo indicaram que os pressupostos iniciais do primeiro estudo estavam coerentes. O estudo permite considerar que a adesão aos valores tem relação direta com a expressão do preconceito racial, e que a cor de pele (negro e branco) influencia na atribuição dos valores.

Palavras-chave: Racismo, Valores Sociais, Preconceito, Primeiro e Terceiro Mundo.

Abstract

Racial prejudice is a thoroughly discussed and relevant theme in Brazil, where efforts have been done to identify that influence its outbreak. Social values are important factors due to their assimilation of widely diffused structures among social groups, also encompassing individual and social aspects. That is why it is important to investigate the relationship between values and prejudice. This dissertation is composed by two studies. Empirical Study I aimed at analyzing the the relationship between values and the various expressions of racism. This study was conducted with two samples: the first one with 220 students from a private higher education institution from João Pessoa – PB (150 women and 70 men, mean age 24 years, SD = 6.22). And the second one had 200 public university undergraduate students (135 women and 65 men, mean age 22 years, SD = 4.3) from the same city. The employed instruments were: Psychosocial values questionnaire (QVP-24), Perceived distances scale, Affirmative policies rejection scale, Intimacy rejection scale (flagrant prejudice) and Scale of Favorable Attitudes toward 1st and 3rd world. With the aim of verifying if there are differences between the values attributed by students to themselves and to social groups (black and white) comparisons of means were made (t-test). Results indicate that the students of both universities practically attribute to themselves values related to Social Justice and Personal Development, whereas Material and Hedonistic (3rd world) values are attributed to the white and Social Justice (1st world) is attributed to the black. Further, a factor analysis (Varimax rotation) to verify the internal structure of the scales and to confirm the internal consistency of factors. The employed scales presented acceptable reliability and validity indexes in both studies. Finally, with the aim of verifying if study variables Psychosocial Values, Proximity to Black and White, Favorable Attitude toward 1st and 3rd world, and sociodemographic variables (Independent Variables, IV) influence Flagrant and Symbolic Prejudice directly (Dependent Variable, DV), a multiple linear regression (stepwise method) was carried out. It could be verified that the adherence to Hedonistic and Materialistic values, that having a favorable attitude toward first world countries and having a proximity with the white are predictors of prejudice expression, as well as the adherence to Social Justice and Religiosity values and the proximity with black people presented a relationship with the non expression of prejudice. The initial assumption from the study stated that third world values would be attributed to the black, and first world values to the white, but results were inverted, which contributed to the conduction of another study. Empirical Study II aimed at verifying what social values are attributed by undergraduate students to 1st and 3rd world people. A total of 220 students from a public university of the city of João Pessoa (75 men and 145 women), with mean age of 21 years (SD = 3; min = 17 and max = 34) took part of the study. Students were asked to indicate, in order of importance, three of the 24 values from the QVP-24 that he or she would classify as First and Third World values. First world countries were associated with values related to Individual Development and Materialism, while values related to Social Justice, Professional Development, Hedonism and Religiosity were attributed to 3rd World countries. The results from the second study indicated that the initial assumptions of the first study were coherent. The study allows to consider the adherence to values in direct relationship with the expression of racial prejudice, and that skin color (black and white) influences in value attribution.

Key words: Racism, Social Values, Prejudice, First and Third World.

INTRODUÇÃO

A Psicologia vem estudando diversos fenômenos que procuram relacionar as desigualdades e injustiças sociais ao preconceito, num esforço consciente de colaborar com o fim da discriminação social e a instauração de uma sociedade de direito. Especificamente, foi a partir da Segunda Guerra Mundial que se pôde observar um desenvolvimento progressivo de uma norma social contra comportamentos e crenças racistas tradicionais (Pettigrew & Meertens, 1995; Oliveira & Barreto, 2003; Ianni, 2004).

Contudo, no Brasil, mesmo após a emancipação da população negra, manteve-se uma consciência de diferenças hierárquicas entre as raças, taxando os negros como uma raça biologicamente inferior (Rodrigues, 1933/1945; Viana, 1932/1959), e divulgando o pensamento de que os mestiços elevariam o seu nível de civilização através da diluição do sangue negro, ou seja, através do branqueamento (Guimarães, 1999). Este modo de pensar contribuiu para que os brancos brasileiros se sentissem superior aos negros e agissem de maneira preconceituosa contra eles.

Gilberto Freyre (1933) defendeu a idéia de que a miscigenação resultaria em uma herança positiva para o Brasil, colaborando para trazer uma harmonia nas relações sociais. Florestan Fernandes (1972) se contrapôs a tais concepções, defendendo a posição de que a realidade brasileira era carregada de desigualdade racial e discriminação, originada, principalmente, do processo histórico-cultural da escravidão. Afinal, segundo Venturi e Paulino (1995), “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra os negros”. (p. 11).

Esta contradição ainda é vivenciada intensamente no Brasil, pois o país parece celebrar o fato de ser considerada uma nação livre de preconceitos,

contudo, o outro lado da moeda mostra que as práticas sociais e culturais insistem em reproduzir hierarquias raciais (Rivera, 2009). Neste sentido, o racismo aberto e ativo tem sido substituído, gradualmente, pela preocupação em revelar formas menos evidentes e mais difundidas de racismo, formas essas que reproduzem atitudes discriminatórias sem desafiar a norma social de indesejabilidade do racismo.

O racismo, enquanto ideologia e prática, é formalmente proibido na maioria dos países ocidentais. Contudo, as práticas discriminatórias estão adquirindo expressões mais sutis (Camino, Silva & Machado, 2004). Denomina-se este fenômeno de racismo moderno, onde o preconceito se manifesta de maneira indireta e sutil, pois as pessoas se comportam de forma que escondem o preconceito que têm, para que não sejam reconhecidas como racistas (Aronson, Wilson, & Akert, 2002).

As teorias psicológicas clássicas estudam o preconceito como atitude universal, que existe naturalmente nos indivíduos ou grupos, e que se expressa em sentimentos e comportamentos depreciativos. Todavia, nos últimos anos, têm se estudado, numa perspectiva psicossocial, as novas formas que o preconceito racial vem tomando, considerando as situações contextuais e culturais para a sua manifestação, e não como uma característica de personalidade e inerente ao indivíduo (Silva, 1995; França & Monteiro, 2004; Lima & Vala, 2004a; Gaertner & Dovidio, 1986; Sears, 1968).

Assim, busca-se encontrar a relação de construtos sociais que contribuam para uma melhor compreensão do preconceito racial. Assim, surgem os valores sociais que unem aspectos tanto do comportamento social, como individual.

Rokeach (1973) define os valores como crenças hierárquicas prescritivas baseadas nas necessidades individuais, que foram interiorizadas pelo indivíduo através da socialização e que indicam o que é adequado ou não realizar em uma determinada situação.

Inglehart (1977) também defende uma relação entre necessidades e valores. Entretanto, o autor propõe uma perspectiva sociológica dos valores, argumentando que as mudanças na ordem de importância dos valores das sociedades ocidentais pós-modernas são decorrentes das transformações econômicas. Ou seja, as sociedades que possuem problemas sociais básicos (ex. escassez econômica) darão prioridade a valores materialistas, enquanto sociedades que já superaram esses problemas valorizarão necessidades pós-materialistas (Liberdade, Justiça Social, Igualdade).

No entanto, no Brasil, vem sendo desenvolvida uma abordagem psicossociológica sobre os valores (Costa, 2000; Pereira, Camino & Costa, 2005), tal abordagem propõe articular a ênfase psicológica proposta por Schwartz (1992) com a ênfase sociológica priorizada por Inglehart (1991).

Esta dissertação tem como objetivo verificar a relação existente entre os valores sociais e as diversas formas de expressão do preconceito em universitários paraibanos, buscando identificar como os estudantes percebem a dinâmica dos valores em si mesmo e nos outros (branco e negro). Contribuindo para uma compreensão mais aprofundada de como a adesão aos valores sociais pode influenciar a expressão do preconceito racial.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro capítulo, há uma apresentação do histórico sobre o estudo do preconceito racial e uma descrição de como as pesquisas sobre o racismo vêm se desenvolvendo no

Brasil, além de uma discussão sobre quais seriam as origens do preconceito e de como compreendê-lo através das relações intergrupais. No Capítulo 2, o tema dos valores sociais é exposto, os seus principais conceitos e teóricos, onde se pretende compreender como se pode relacionar a adesão aos valores à expressão do preconceito racial.

Para esta dissertação, foram realizados dois estudos empíricos. O primeiro tem o objetivo de verificar como a cor de pele influencia na atribuição dos valores, e de identificar as variáveis que podem influenciar a expressão do preconceito. O segundo estudo visa a demonstrar que a atribuição dos valores segundo a cor da pele também tem relação com a idéia do que são considerados valores de países de 1º e 3º mundo. Ambos os estudos serão apresentados nos capítulos 3 e 4, respectivamente.

Por fim, o quinto e último capítulo, onde são desenvolvidas as considerações finais do trabalho, apresentando os principais resultados e discussões, como também sugestões de pesquisas futuras.

CAPÍTULO 1

O PRECONCEITO

Neste capítulo, inicialmente, será apresentado um breve histórico sobre o estudo do preconceito racial e como se caracteriza a formação do racismo no Brasil. Posteriormente, será realizada uma discussão sobre a origem do preconceito e, por fim, uma análise das relações intergrupais para a sua compreensão.

1.1 O PRECONCEITO RACIAL

Na Psicologia Social, o marco no estudo do preconceito se deu com o livro de Allport (1954) “*A natureza do preconceito*”. O autor define o preconceito como uma atitude negativa direcionada a uma pessoa, pelo simples fato de ele pertencer a um grupo desvalorizado socialmente. Tal atitude seria composta por dois elementos: o cognitivo, formado pela generalização da categoria, e um disposicional, isto é, o sentimento negativo e comportamentos de discriminação resultantes da hostilidade (Jones, 1973).

Depois da obra de Allport, diversas teorias foram elaboradas com objetivo de explicar o preconceito, e muitas dessas abordagens têm dado ênfase a causas psicológicas para suas explicações (Billing, 1993; Martinez, 1996). Podem-se citar como exemplo as teorias da personalidade autoritária (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford, 1950), do espírito fechado (Rokeach, 1960), da frustração-agressão (Dollard, Doob, Miller, Mowrer & Sears, 1939), e sua relação aos processos de acomodação (Kelman, 1961) ou de internalização (Moscovici, 1985).

Como o próprio nome sugere, pressupõe-se que os preconceitos expressem “pré-julgamentos” de cunho negativo sobre pessoas de uma raça,

gênero, religião, ou um grupo social qualquer (Jones, 1973), porém, apesar da estreita relação entre ações e crenças, não significa dizer que estes “pré-julgamentos” influenciem aspectos comportamentais. Segundo Jones (1973), o “preconceito é uma atitude negativa, com relação a um grupo ou pessoa, baseando-se num processo de comparação social em que o grupo do indivíduo é considerado como o ponto positivo de referência” (p.3).

Desta maneira, além de ser um conjunto de crenças desvirtuadas e negativas sobre determinados grupos sociais, acrescentado aos sentimentos de antipatia, os preconceitos estão diretamente ligados a práticas e comportamentos depreciativos, que discriminam membros de um grupo externo simplesmente pela razão de fazerem parte dele (Bronwn, 1995).

Durante a década de 1950, no Pós 2ª Guerra Mundial, num momento de reflexão sobre as hostilidades ocorridas no holocausto e pelas tragédias que o ódio racial pode provocar numa sociedade, os estudiosos sobre as relações raciais não estavam apenas preocupados em como mensurar o preconceito, mas de encontrar estratégias para combatê-lo (Oliveira & Barreto, 2003).

As novas teorias sobre o preconceito a partir da década de 1970 começaram a relatar processos discriminatórios mais encobertos e menos flagrantes, como a teoria do racismo sutil (Pettigrew & Meertens, 1995), do racismo simbólico (Kinder & Sears, 1981), do racismo moderno (McConahay, 1986), do racismo ambivalente (Katz & Hass, 1988).

Entretanto, apesar de suas diferenças, há um aspecto comum entre essas novas teorias do racismo. Estas teorias não defendem uma redução quantitativa (redução na intensidade do comportamento), das expressões de preconceito, e sim uma mudança qualitativa dessas expressões, ou seja, estas

abordagens sugerem que a diminuição das expressões de racismo é mais aparente do que real (Pires & Alonso, 2008). Por isso que se fala de novas formas de preconceito.

Estas contradições entre a renúncia paulatina de manifestações de discriminação e a manutenção de hábitos preconceituosos resultam no 'paradoxo do preconceito' (Devine, 1995). Assim sendo, não é politicamente correto manifestar o preconceito abertamente, pois tal comportamento seria rotulado com uma conotação social negativa (Plant & Devine, 1998).

Desse modo, uma questão que surgiu recentemente nas pesquisas sobre o racismo é que existem novas formas para expressá-lo, de forma mais indireta e sutil, em contraste com os comportamentos flagrantes. Estas parecem estar sendo substituídas por ações menos manifestas, que expressam atitudes preconceituosas, mas sem confrontar as normas sociais da indesejabilidade do racismo (Pires & Alonso, 2008; Camino *et al.*, 2001; Camino *et al.*, 2007).

Desta maneira, prevalece a concepção de que os negros não são objeto de discriminação pela população brasileira, contudo, verifica-se o oposto nas relações sociais, onde em muitos momentos os comportamentos preconceituosos são manifestos, inclusive a rejeição ao contato social (Gouveia *et al.*, 2006). Portanto, é evidenciada uma nova visão desta problemática social, onde as pessoas tendem a indicar que não têm preconceito, procurando emitir respostas não preconceituosas.

1.2 O PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2008, teve como resultado que, pela primeira vez, mais da metade dos brasileiros (50,6%) se classificou como parda ou negra (IBGE, 2009). Mesmo com a grande parcela da população ter se classificado dessa maneira, será que realmente existem diferenças entre brancos e negros no Brasil?

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE em março de 2009, nas seis principais regiões metropolitanas do país, indicou que a média salarial dos negros e pardos (R\$ 847,71) é cerca de 50% menor que o rendimento médio dos brancos (R\$ 1.663,88). No que diz respeito à taxa de desemprego, entre os negros é de 11,8%, este número diminuiu para 8,6% entre os brancos. Na educação, observa-se mais uma diferença, os brancos tinham cerca de 9,1 anos de estudos em média, enquanto os negros e pardos apresentaram 7,6 anos. Ademais, 25,5% dos brancos cursam ou já cursaram ensino superior, este indicador caiu para 8,7% entre os negros. (IBGE, 2009).

Diante disso, tem se observado nos últimos anos, organizações da sociedade civil que têm lutado e avançado pelas causas de grupos minoritários, no que diz respeito a alterações na legislação que proibam expressões e comportamentos preconceituosos. Podem-se citar, como exemplo, os debates sobre as quotas em universidades para negros, povos indígenas e estudantes de escolas públicas (Pereira, Torres & Almeida, 2003).

No Brasil, a primeira Lei que considerou contravenção quaisquer formas de preconceito de raça ou de cor foi a Lei Afonso Arinos (nº 1.390, de 3 de julho de 1951). Depois passou a ser crime de genocídio a destruição de

qualquer grupo nacional, étnico, racial ou religioso (Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1955), posteriormente (nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983), foi constituído crime contra a Segurança Nacional qualquer tipo de propaganda ou expressão de racismo.

Por fim, com a promulgação da Constituição de 1988 (art.3º, IV, XLII), foram constituídos crimes inafiançáveis e imprescritíveis, qualquer tipo de forma de preconceito de origem, raça, sexo, cor e idade. Entretanto, “vale lembrar que a punição ao ladrão não evita que os roubos aconteçam, tanto quanto a punição ao assassino não impede que se decrete morte aos outros. Contudo, o apoio jurídico poderá estar disponível para quem o solicitar” (Bandeira & Batista, 2002, p. 138).

Neste sentido, a questão que interessa à psicologia social é compreender as reais mudanças sociais oriundas destas decisões jurídicas, pois estas leis podem não estar, de fato, significando uma diminuição do preconceito social. Pelo contrário, é possível que elas estejam coibindo praticas abertas de discriminação, e, paralelamente, proporcionando o desenvolvimento de novas estratégias ideológicas, perpetuando práticas discriminatórias de forma mais encoberta (Pereira, Torres & Almeida, 2003).

Assim, devido o preconceito ser condenado moralmente e o preconceito racial estar sujeito à punição judicial, suas expressões se tornaram progressivamente mais sutis e disfarçadas, o que impossibilita unir as evidências que tenham validade jurídica (Bandeira & Batista, 2002).

Diante desta problemática, encontra-se o movimento negro que, desde seus primórdios, vem desenvolvendo diversas estratégias de luta pela inclusão social e superação do racismo na sociedade brasileira (Domingues, 2006).

Entretanto, a explicação para os obstáculos encontrados pelo movimento negro não se encontra na falta de capacidade discursiva, organizacional ou outra, mas tem suas origens na ideologia racial desenvolvida pela elite brasileira a partir do final do século XX (Munanga, 2008).

Após a proclamação da República em 1889, e a abolição da escravatura em 1888, a população negra não obteve ganhos materiais nem simbólicos, pelo contrário, ela foi submetida a um forte processo de segregação urbana (Rolnik, 2007; Santos, 2007; Andrews, 1998), enfrentando dificuldades imensas de ascensão social até os dias de hoje (Hasenbalg, 2005), ou seja, os negros foram marginalizados:

seja politicamente em decorrência das limitações da República no que se refere ao sufrágio e as outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da “teoria do branqueamento”; seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus (Andrews, 1991, p. 32)

Nos primeiros estudos realizados sobre o tema no Brasil (Rodrigues, 1933/1945; Viana, 1932/1959) se defendia a idéia de que os índices elevados de mestiçagem, originados através da influência direta dos negros entre a população brasileira, seria maléfica, pelo fato de os negros pertencerem a uma raça biologicamente inferior. Ademais, Ramos (1937) afirmava que, por razões culturais e não biológicas, a presença dos negros era um problema no desenvolvimento cultural do Brasil.

Freyre (1933) considerava que o processo histórico de mestiçagem no Brasil teria sido um legado benéfico, e que tem contribuído para harmonizar as relações sociais. Contudo, a ideologia da “democracia racial”, explicitada pelo

autor, tem sido criticada e chamada de “mito”, pois esta “harmonia” não pode ser verificada ao se observarem as desigualdades sociais e raciais da sociedade brasileira (Bastide & Fernandes, 1959).

Bastide e Fernandes (1959) destacaram que o ‘mito da democracia racial’ mediava a não ocorrência de expressões abertas de racismo, visto que o aspecto racial seria encoberto pelo aspecto classe social. Conseqüentemente, as dificuldades encontradas pelos negros eram camufladas por uma série de comportamentos polidos e amáveis que proporcionava uma distância social cada vez maior.

Por outro lado, Fernandes (1972) complementou ao afirmar que os brasileiros não buscavam formas de evitar o preconceito racial, mas sentiam vergonha de tê-lo, considerando “feio” admiti-lo e não a ação de discriminar. O autor nomeou este fenômeno de “preconceito retroativo”, ou seja, não era demonstrado ou falado sobre algo que se admitia existir, logo, as hierarquias permaneciam cristalizadas e firmadas, enquanto apenas se demonstrava uma amabilidade aparente em relação aos negros.

Vale ressaltar que os resultados dos estudos realizados com a população brasileira nas décadas de 1940 e 1950 demonstraram que os brasileiros não se sentiam constrangidos em expressar estereótipos negativos referentes aos negros (Oliveira & Barreto, 2003).

Ademais, Maggie e Gonçalves (1995) reconhecem que o Brasil apresenta um sistema de relações raciais que contribuem para uma divisão e classificação de grupos de acordo com suas diferenças de cor, pondo em questão o mito da democracia racial como responsável pela negação do racismo. Sendo assim, o argumento da democracia racial parece ser uma

maneira de racionalizar e formalizar as práticas de discriminação existentes (Azevedo, 1975).

Nogueira (1942, 2006) afirma que, diferentemente do “preconceito de origem” dos Estados Unidos, houve, no Brasil, um tipo diferente de preconceito racial, o “preconceito de marca”. Segundo o autor, o preconceito de marca não significa segregar incondicionalmente o grupo discriminado, mas desprezá-los quando, em igualdade de condições, eram postos em situações de competição. Portanto, a cor branca não garantia, mas facilitaria a ascensão social, enquanto a cor negra não era segregada totalmente, mas havia uma maior rejeição.

Não é novidade que os brasileiros não admitam ser “racistas” (Oliveira & Barreto, 2003), “todo brasileiro se sente como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (Schwarcz, 1996, p.155). Mas, se realmente existe no Brasil esse “racismo indizível”, conseqüentemente, implicará em barreiras para a pesquisa científica (Ianni, 2004), pois questionários e entrevistas estruturadas dificultam a identificação dos processos de preterição a que os brasileiros negros estão sujeitos (Oliveira & Barreto, 2003). Cabe aos pesquisadores do tema encontrar formas de identificar como o preconceito é manifesto, mesmo com as limitações e dificuldades com que se defrontam.

A relação complexa “entre raça, cor, posição social e nível educacional no Brasil está baseada em relações hierarquizadas e posicionamentos sociais sempre ambivalentes, dependentes de situações cotidianas e de contextos específicos (Silva, 2007, p.165). Assim, a compreensão do racismo não pode ser desvinculada das relações de dominação presentes entre os grupos raciais na população brasileira. Este raciocínio orientou diversos pesquisadores ao

longo das décadas de 1980 e 1990 que relataram a ocorrência de desigualdades raciais no Brasil (Silva 2000; Henriques, 2001).

Em uma pesquisa que abrangeu todo o território brasileiro, constatou-se que 89% dos brasileiros admitiam a existência de racismo no país. Porém, mesmo com a consciência da existência de um preconceito generalizado, apenas 10% reconheciam ser pessoalmente preconceituoso (Venturi & Paulino, 1995).

Observam-se contradições semelhantes em estudantes universitários paraibanos, onde, numa escala de 1 a 10 (os maiores escores significava maior atribuição de preconceito) os estudantes atribuíam a si, em média, 3,3 pontos enquanto que atribuíam 7,8 pontos aos brasileiros (Martinez & Camino, 2000).

Em outra pesquisa, com 1172 com residentes no Estado do Rio de Janeiro, 87,5% dos entrevistados consideraram não ter nenhum preconceito de cor, enquanto 74% afirmaram que é muito o preconceito contra os negros (Oliveira & Barreto, 2003).

Já em estudos realizados na área de comunicação, cuja fonte de informação não é formada por depoimentos individuais, e sim através dos produtos dos meios de comunicação, pode se identificar, facilmente, a presença de estereótipos negativos relacionados aos negros (Araújo, 2000).

Que formas o racismo toma atualmente no Brasil? País que por um lado pratica uma discriminação econômica, cultural e penal fortíssima contra os negros, e por outro lado, dada a forte miscigenação existente e ao fato de que várias tradições afro-brasileiras fazem parte hoje de nossos valores culturais, tem criado uma forte rejeição cultural e legal à expressão pública de qualquer forma de preconceito racial. Alguns estudos (Camino, Silva, Machado &

Pereira, 2001; Camino, Silva & Machado, 2004; Camino *et al.*, 2007) mostram que os entrevistados paraibanos parecem ter clara consciência da discriminação racial que se vive no Brasil, mas não aceitam a responsabilidade por esta situação.

Nesses estudos, também foi constatado que as pessoas avaliam mais favoravelmente os indivíduos de cor negra que as pessoas brancas, mas pensam que os brasileiros fariam exatamente o contrário. Também nestes estudos, foram observados que os sujeitos, para descreverem indivíduos de cor negra, utilizavam adjetivos que geralmente classificam pessoas do terceiro mundo, e que para descreverem pessoas de cor branca, utilizavam adjetivos do primeiro mundo. Estas novas formas de representar as diferenças de cor destinam-se a justificar práticas sociais que mantêm, em nosso país, a discriminação racial

De fato este “racismo à brasileira é zelosamente guardado, porque é sutil, engenhoso; a bem dizer, mascarado” (Silva, 1995, p. 19). A miscigenação racial intensa e o forte preconceito vivenciado pelas pessoas de cor negra resultam em processos de acomodação muito forte.

Neste sentido, novas formas de categorização têm sido desenvolvidas, formas que substituem o conceito de raça pelo de modernismo, isto é, a cor branca sendo relacionada aos valores do primeiro mundo e a cor negra aos valores do terceiro mundo (Camino *et al.*, 2001; Camino *et al.*, 2007).

Então, para se compreender o preconceito, deve-se considerá-lo como uma característica individual ou como resultado da dinâmica social onde os indivíduos estão inseridos? A seguir serão abordados estes aspectos.

1.3 QUAL A ORIGEM DO PRECONCEITO?

Até a década de 1920, buscavam-se bases factuais e verídicas sobre qual seria a origem do preconceito (Katz & Braly, 1958), pois não se estudava o tema partindo-se do princípio que seria um fenômeno irracional ou injustificado, mas acreditava que as diferenças entre os grupos sociais eram, de fato, reais. Atualmente, tal concepção não é mais tão relevante, surgindo novas perspectivas interpretativas (Augoustinos & Walker, 1995).

Teorias recentes (Billig, 1985; Wetherell, 1996; Camino & Ismael, 2004) situam as noções psicológicas da discriminação nos conflitos de exclusão/inclusão social. Neste sentido, considera-se que o preconceito constitui-se na vertente subjetiva dos conflitos reais de poder entre grupos e evolui, principalmente, no interior dos grupos majoritários, podendo ser definido como “forma de relação intergrupar onde, no quadro específico de relações assimétricas de poder, se desenvolvem no seio dos grupos dominantes, atitudes depreciativas e, comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de grupos minoritários por serem membros desses grupos” (Camino & Pereira, 2000, p.52).

Portanto, o racismo não é um fenômeno universal, mas uma forma de consciência social que se desenvolve em situações históricas concretas no interior das relações intergrupais, ou seja, o preconceito racial não é uma tendência psicológica universal, mas uma forma de consciência social, de dominância, que se desenvolve em situações históricas concretas.

A idéia defendida nesta dissertação é de que explicar o preconceito por meio da dinâmica da personalidade do indivíduo seria negligenciar aspectos

sócio-econômicos, históricos e situacionais, que influenciam, em grande parte, esse fenômeno.

Diversas abordagens têm ganhado espaço com a idéia de que os sentimentos e atitudes preconceituosas persistem, mas que não são expressos de forma aberta e nem violam as normas sociais anti-racistas da atualidade (Katz, Wackenhut & Hass, 1986; MMcConahay, 1986; Pettigrew & Meertens, 1995; Meertens & Pettigrew, 1999; Vala, 1999a, 1999b).

Dessa forma, as explicações de cunho psicológico da existência de um racismo flagrante, militante e agressivo, típicas dos estudos realizados a partir dos anos 40 (Dollard *et al.*, 1939; Adorno *et al.*, 1950; Hovland & Sears, 1940), têm sido substituídas progressivamente pela preocupação em demonstrar as formas menos abertas e mais disseminadas de racismo, formas estas que refletem atitudes de discriminação sem transgredir a norma social de indesejabilidade do preconceito racial.

Contudo, para compreender o racismo atual, devemos realizar uma análise do contexto contemporâneo onde se desenvolvem as novas formas dos processos de exclusão social. E este contexto específico é abrangido pela globalização, principalmente no que diz respeito à globalização cultural, que tem ocasionado grandes efeitos diferenciadores no interior das sociedades (Hall, 2000), onde as relações entre as diferentes culturas e etnias se intensificam, gerando ambiguidades.

Como exemplo dessas ambiguidades próprias da globalização, temos os fenômenos de fanatismo e de preconceito contra grupos minoritários e etnias (Wetherell, 1996), os movimentos nacionalistas europeus (Giddens, 1996) e o aparecimento do fanatismo dos fundamentalistas religiosos (Brown, 1995).

Assim, por um lado, aumenta o respeito à diversidade de valores culturais, e por outro, surgem movimentos fortes com o objetivo de manter as identidades e valores culturais regionais.

Vale ressaltar que o conjunto dessas mudanças econômicas e culturais influencia diretamente na maneira como as relações raciais são vivenciadas, e insere nelas as contradições e ambiguidades típicas do pós-modernismo (Bowser, 1995).

A contextualização histórica do racismo permite compreender as expressões do preconceito e do racismo como reflexos do ambiente sócio-histórico onde as relações raciais estão inseridas. Desta maneira, as formas de manifestação do preconceito se encontrariam sob a influência direta das normas sociais que não podem ser separadas de um contexto histórico específico (Duckitt, 1922).

Desse modo, a compreensão do preconceito como resultado do meio social, centrado no contexto das relações intergrupais (Brown, 1995; Tajfel, 1981) e dos processos políticos (Billing, 1985; Camino, Silva, Machado & Pereira, 2001) tem se tornado cada vez mais evidenciada. E o seu entendimento atribuído a uma simples predisposição individual de personalidade (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford, 1950) ou ao estilo cognitivo (Gaertner & McLaughlin, 1983) tem sido menos considerado.

1.4 COMO PERCEBO A MIM E AO OUTRO?

O preconceito sempre está implicado em uma relação social e surge como uma forma de se relacionar com o outro diferente, através da

subvalorização ou negação da identidade do outro e da valorização extrema ou afirmação da identidade do grupo de pertença (Todorov, 1989).

No processo de produção identitária criam-se sentimentos de pertença e de estranhamento com relação a certos coletivos, o que gera uma dinâmica de inclusões e exclusões com base em semelhanças e diferenças. Acontece que essas inclusões e exclusões muitas vezes não indicam apenas diferenças ou singularidades, mas relações hierárquicas e poderes de raiz histórica com atributos fundadores, que demandam para si a definição do que é bom e do que é ruim, do que é belo, do que é feio, do que tem valor e do que não o tem. (Batista & Bandeira, 2002, p.131).

Bourdieu (1979) realizou uma análise das pequenas diferenças entre duas classes, como a linguagem, a vestimenta, os móveis da casa, os hábitos alimentares, as atividades de lazer, além de outros aspectos. Neste sentido, para este autor, a identidade social consistia na diferença, e esta diferença é evidenciada quando o que se tem de mais próximo é ameaçado.

Desse modo, mesmo sabendo que historicamente os brasileiros têm evitado expressar abertamente o preconceito racial, os brancos permanecem com favoritismos no acesso às oportunidades sociais. Isto nos leva à reflexão de que o racismo não é resultante apenas de atitudes e comportamentos individuais, mas também tem suas origens na dinâmica estrutural no qual as relações raciais estão inseridas, extrapolando a dimensão individual (Oliveira & Barreto, 2003).

A perspectiva das relações intergrupais de Tajfel (1981) defende a idéia de que a simples divisão de pessoas em grupos diferentes leva os indivíduos a realizarem avaliações enviesadas relativas a esses grupos. Segundo Tajfel (1981), ter a consciência mínima de que outros grupos existem, desencadeia

um processo de comparação intergrupal entre “nós” e “eles”. Logo, as pessoas tenderiam a ser mais favoráveis ao seu grupo (endogrupo), e a rejeitar os integrantes dos outros grupos (exogrupo).

Esse processo psicológico, denominado de diferenciação intergrupal, seria um dos principais aspectos que resultaria no surgimento de fenômenos sociais, como a formação de estereótipos e o desenvolvimento do preconceito (Abrams & Hogg, 1990). Pois, no que se refere à discriminação racial, as pessoas atribuem menos traços negativos e mais traços positivos ao seu grupo, ou seja, “os negros não são piores, mas os brancos são melhores” (Dovidio, Mann & Gaertner, 1989). Portanto, na Teoria da Identidade Social (TIS), o preconceito é visto como fruto da diferenciação do endogrupo *versus* exogrupo (Brewer, 1979).

Portanto, a formação de estereótipos consistiria na atribuição de características às pessoas baseada no simples motivo delas serem parte de uma categoria social ou de um grupo (Oakes, Haslam & Turner, 1994). Tajfel (1981) ressalta o aspecto social dos estereótipos ao considerá-los como crenças ou conhecimentos difundidos amplamente por um grupo com relação à natureza do endogrupo e dos exogrupos.

Segundo Ianni (2004, p.337):

A discriminação, as barreiras, os estereótipos organizados em ideologias raciais, operam como componentes ativos e recorrentes num sistema societário que, de conformidade com a estrutura de dominação vigente, deve ser preservado. Muitas vezes, as distinções entre grupos que se definem como racialmente diversos e desiguais exprimem, em geral de modo mistificado, relações de dominação-subordinação.

Tajfel (1981) afirma que as pessoas são motivadas a sempre buscar e

conservar uma identidade social positiva que resultaria em um sentimento de auto-estima elevada. Desse modo, quanto maior fosse a identificação com um determinado grupo, e conseqüentemente uma maior auto-estima resultante dessa identificação, maior seria a tendência da pessoa de se diferenciar entre o seu grupo e os demais, para assim, conservar uma identidade social favorável.

Essa perspectiva concebe que, mesmo sabendo que a formação do preconceito abrange processos cognitivos como a estereotipagem (Haslam & Turner, 1992), um fator decisivo do preconceito seria a inclusão da pessoa em uma categoria social e o seu grau de identificação com ela (Tajfel, 1981). Visto que, quanto maior for o contato social com o exogrupo, menor será a expressão de comportamentos preconceituosos (Sagiv & Schwartz, 1995).

Contudo, de acordo com Torres (1996), ao defender uma explicação de viés intergrupais como resultado da necessidade da pessoa de adquirir e manter uma identidade social positiva, Tajfel cairia novamente no reducionismo psicológico que criticara de outras teorias, como da frustração e agressão (Dollard *et al.*, 1939) e da personalidade autoritária (Adorno *et al.*, 1950).

A partir desses estudos se supõe que nos países ocidentais o preconceito não se expressa, hoje em dia, pela atribuição de traços negativos, mas pela negação de atributos positivos a um grupo-alvo. Isto implicaria em uma contradição: quanto mais se critica o preconceito, mais os preconceitos do liberalismo são justificados, e assim, a ênfase na norma anti-racista poderia levar, em certas condições, à justificativa do próprio preconceito.

Outra abordagem utilizada para a explicação do preconceito é a perspectiva da cognição social (Fiske & Taylor, 1991), onde o preconceito é explanado por meio de aspectos psicológicos que seriam responsáveis pelos

erros ao se processarem informações, e ao efetuar julgamentos sociais (Ross, 1977; Schaller, 1991). Nesta perspectiva, a estereotipagem seria o cerne central no desenvolvimento do preconceito (Dorai & Deschamps, 1990; Hamilton, 1979; Haslam, 1997; Hewstone, 1990; Lepore & Brown, 1997; Yzerbyt, Rocher & Schadron, 1997).

Em outra perspectiva, Doise (1982) e Camino (1996) têm construído uma perspectiva societal para analisar as relações intergrupais que centra o viés endogrupal em um contexto específico dos conflitos ideológicos existentes dentro de uma sociedade. Essa perspectiva se diferencia por fornecer uma explicação do favoritismo endogrupal através da dinâmica das relações de poder entre os grupos (Deschamps, 1982; Doise, 1976), e não mais utilizando como explicação as motivações psicológicas.

Nessa abordagem, o preconceito pode ser definido como uma forma de relação intergrupala organizada em volta das relações de poder entre os grupos, gerando representações ideológicas que buscam justificar a manifestação de atitudes depreciativas e negativas, como também a manifestação de comportamentos agressivos e depreciativos direcionados aos integrantes de grupos minoritários (Camino & Pereira, 2000; Lacerda, Pereira & Camino, 2002). Visto que, “os melhores preditores de racismo flagrante sutil são aqueles que decorrem do nível de análise intergrupala” (Vala, 1999b, p.195).

Neste sentido, os discursos ideológicos fariam emergir características psicossociais que possibilitariam uma organização dos processos cognitivos e afetivos, que resultam em uma justificação para as diferenciações sociais presentes (Billig, 1985, 1991; Van Dijk, 1988) e oferecem suporte aos processos de exclusão social (Camino, 1998). Portanto, ao se analisar como as

representações ideológicas refletem nas teorias de senso comum sobre a natureza dos grupos sociais permite-se obter uma melhor compreensão das dinâmicas de como se dá a formação dos preconceitos sociais.

Assim, segundo Pettigrew e Meertens (1995), o preconceito é expresso pela negação de emoções positivas direcionadas ao grupo foco do preconceito, e pelo distanciamento da percepção das diferenças culturais, ou seja, prevalece a idéia de que os integrantes de outros grupos não aderem aos valores do grupo o qual o indivíduo faz parte.

Desse modo, a acentuação das diferenças culturais do endogrupo e do exogrupo, e a percepção de que o exogrupo não se conforma aos valores tradicionais da sociedade são dimensões que integram o preconceito. Logo, é no quadro das relações entre os grupos assimétricos que o racismo aparece, através da inferiorização do outro e da expressão da dominação social (Vala, 1994).

Muitas pesquisas (Dijker, 1987; Dovidio, Mann & Gaertner, 1989; Leyens *et al.*, 2000; Smith, 1993) destacaram a importância da dimensão emocional na compreensão do preconceito. Os resultados dos estudos apontaram para uma não configuração de emoções negativas direcionadas ao exogrupo, mas à expressão mais intensa de emoções positivas em relação ao endogrupo. Outro estudo que investiga a manifestação do preconceito racial nas relações de trabalho observou que os norte-americanos avaliam mais positivamente os brancos do que os negros, em relação à qualificação profissional dos negros no mercado de trabalho (McConahay, 1986).

Este preconceito manifesto por meio das diferenças culturais é reflexo das ambiguidades típicas da globalização (Giddens, 1996), que por um se

observa o intenso crescimento econômico e tecnológico, e por outro o aumento mundial da pobreza (Bauman, 1998; Beeman & Frank, 1998) acentuando as diferenças entre pobres e ricos (Camino *et al.*, 2001).

Assim, pode se assegurar que os tipos de preconceito (a homofobia, o machismo, o anti-semitismo, o racismo, etc.) estão inclusos em processos sociais mais abrangentes. Isto não significa, portanto, que os preconceitos não possuam uma dinâmica psicológica própria. Pois, quando se faz uma análise do preconceito racial como uma ideologia própria de culturas colonialistas, não se tem a pretensão de rejeitar seu caráter subjetivo, contudo, se pretende ressaltar a função política dessa disposição psicológica (Billig, 1991).

Embora o empenho do compromisso individual com a não expressão do preconceito seja importante, não é suficiente para modificar, na sociedade brasileira, a estrutura de desigualdade racial. Daí surge a necessidade de elaboração de políticas públicas eficazes (Oliveira & Barreto, 2003). E, mesmo sem acreditar que, atualmente, as hierarquias sociais sejam baseadas nas raças, a cor de pele ainda é utilizada como símbolo da discriminação existente (Guimarães, 1999, 2004), pois “as cores das pessoas no Brasil são referências fundamentais porque ao falar nas cores e na ausência de cor estamos conotando distinções no social” (Maggie, 1996, p.233).

A racionalização da sociedade contemporânea sempre busca a postulação de regras universais para se compreender fenômenos individuais (Bandeira & Batista, 2002), mas para se compreender o preconceito se faz necessária uma análise profunda do funcionamento da sociedade, isto é, introduzir um entendimento a nível societal das relações de poder existentes no interior da sociedade (Lorenzi-Cioldi & Doise, 1990).

Um fator em destaque, que contribui para essa compreensão, são os valores psicossociais que, por sua natureza, assimilam estruturas largamente disseminadas entre os grupos sociais (Maio & Olson, 1998), e que têm relação tanto com aspectos individuais, de personalidade, como sociais (Bandeira & Batista, 2002).

CAPÍTULO 2

OS VALORES SOCIAIS E O RACISMO

2.1 OS VALORES SOCIAIS E O RACISMO

Novos valores têm sido estabelecidos como normas e novas estruturas jurídicas têm permitido punir o preconceito, possibilitando o surgimento de novos valores sociais (Bandeira & Batista, 2002).

Observa-se que o novo racismo no Brasil e no mundo, embora dominante, não é totalmente hegemônico. Por um lado, existem racistas radicais e alguns setores sociais denunciam formas veladas de racismo e insistem em políticas afirmativas, e por outro, são apresentados diversos discursos que proclamam a defesa incondicional dos valores igualitários que, concomitantemente, contrapõem-se às políticas sociais que estão de acordo com esses valores (Pereira, Torres, Almeida, 2003). Para entender melhor esta contradição, deve-se estudar as relações entre os valores e o preconceito.

Os valores são utilizados como critérios ou modelos que guiam as ações, decisões, julgamentos, atitudes e explicações sociais (Williams, 1979; Rokeach, 1979b), são considerados como tipos específicos de necessidades (Maslow, 1954), estão entre as crenças avaliativas mais importantes (Seligman & Katz, 1996; Feather, 1985), e fundamentam a base central da rede cognitiva das atitudes (Rokeach, 1968), e das necessidades, metas e preferências (Dose, 1997). Ademais, são vastamente compartilhados pelos grupos sociais, onde a sua legitimidade é raramente contestada (Maio & Olson, 1998) e fazem parte da construção social da realidade (Berger & Luckmann, 1973).

Nos últimos anos, tem-se observado o aumento de esforços para analisar o papel dos valores como antecedentes das normas sociais (Kristiansen & Hotte, 1996). Os valores podem ser considerados tanto pessoais

(Schwartz, 1996) como culturais (Towner, Kelly & Richards, 1997; Vandello & Cohen, 1999) e parecem estar articulados de forma indireta e direta com diversos aspectos do comportamento humano: o contato intergrupar, a orientação política, a cooperação, a solução de conflitos, o uso de regras de justiça e o preconceito racial.

Milton Rokeach (1968, 1973) foi um dos primeiros estudiosos a pesquisar sobre o tema de valores. Rokeach (1979a) conceitua os valores como crenças desejáveis socialmente, que o indivíduo possui sobre as formas de comportamento ou sobre os estados finais de existência que são mais adequados em uma determinada situação. Sendo assim, as fontes dos valores estariam, sobretudo, nas necessidades individuais, em que os valores seriam representações cognitivas e transformações dessas necessidades (Rokeach, 1973).

Rokeach (1968) propõe dois tipos de valores: os instrumentais, indicados pelas formas de comportamento (ambicioso, alegre, honesto, prestativo, obediente, polido, etc.); e os terminais, relacionados aos estados finais de existência (segurança familiar, equilíbrio interior, felicidade, sabedoria, igualdade, etc.).

O autor desenvolveu uma escala destinada ao estudo de valores (Rokeach, 1973) cuja tarefa dos participantes da pesquisa consistia em hierarquizar os valores, levando em consideração a importância de cada um deles como 'princípios guia em minha vida'. Sua escala foi amplamente difundida e utilizada nas pesquisas sobre valores, sendo reformulada pelo autor, sempre que necessário.

A teoria proposta por Rokeach (1968) é conhecida como o modelo de

congruência de crenças, e parte do princípio de que o preconceito é reflexo das diferenças das crenças (atitudes e valores) entre os grupos ou culturas. A maioria das investigações realizadas deste modelo, durante as décadas de 70 e 80, indicou que os indivíduos que admitem mais diferenças de crenças são os mais preconceituosos (Byrne & Wong, 1962; Moe, Nacoste & Insko, 1981)

Desse modo, depois que Rokeach desenvolveu sua teoria fundamentada na congruência de crenças (Rokeach & Rothman, 1965), passou-se a considerar que as atitudes preconceituosas seriam mediadas pelo nível de semelhança percebida com as crenças estabelecidas pelo exogrupo

Logo, visto que é possível caracterizar os grupos através das crenças e valores que seus membros compartilham (Bart-Tal, 1990), poderia se esperar que houvesse diferenciação de valores por parte de quem age com preconceito e de quem sofre o preconceito.

Segundo Rokeach (1968), a função da percepção das diferenças de valores culturais na construção de atitudes racistas pode ser emoldurada no contexto mais geral da análise entre sistemas de valores e preconceitos. Essas diferenças percebidas numa perspectiva simbólica são investidas de valor, o que orienta para uma valorização do endogrupo, e conseqüentemente, para uma desvalorização do exogrupo, que será representado em muitas situações, na legitimação da discriminação (Sherif, 1966).

Rokeach (1960) se fundamentou em pesquisas empíricas para poder afirmar que as percepções individuais de antagonismos de valores serviriam como mediadores à desfavorabilidade das atitudes intergrupais, isto é, que a discriminação intergrupar seria tanto maior quanto maior fosse a percepção da diferença entre o endogrupo e o exogrupo. O autor defende que as percepções

individuais de diferenças de valores medeiam a desfavorabilidade das atitudes intergrupais, logo quanto maior a percepção de diferença de valores, maior a atitude negativa em face de um exogrupo, no caso dessa dissertação, os negros.

Haddock, Zanna e Esses (1994) também defendem a existência de que a percepção de diferenças de valores fazem parte da formação de atitudes frente a um exogrupo, pois estas atitudes são construídas tanto com informações cognitivas (os estereótipos e os valores), como com informações de origem emocional.

Outras pesquisas fundamentam esta lógica de raciocínio da diferenciação intergrupar através dos valores como preditor do preconceito racial, corroborando a idéia de que as orientações de valor estão intimamente ligadas à discriminação intergrupar (Chin & McClintock, 1993; Vera & Martinez, 1994; Platow, McClintock & Lebrand, 1990; Schwartz, Struch & Bilsky, 1990; Staub, 1989, Gómez & Huici, 2006, Lima, 2002; Rodríguez-Bailón & Moya, 2003).

A afirmação simples de diferenças existentes nos valores culturais pode formular já uma afirmativa racista, ou seja, a acentuação de diferenças culturais subjaz uma atitude negativa frente aos negros. Os membros do grupo majoritário usam os valores e padrões culturais que os caracterizam para julgar desfavoravelmente os grupos minoritários, logo, os membros do grupo majoritário assumiriam que seus valores são naturais e aceitáveis, enquanto que os das outras culturas seriam diferentes e incorretos.

Propondo uma abordagem mais individualista, Schwartz (1992, 1994) elaborou a teoria de valores dos tipos motivacionais, definindo o valor como

“uma concepção individual de uma meta (terminal ou instrumental) transituacional que expressa interesses (individualistas, coletivistas ou ambos) concernentes a um domínio motivacional e avaliado sobre uma classificação de importância como um princípio guia na vida das pessoas” (Schwartz & Bilsky, 1987, p.553).

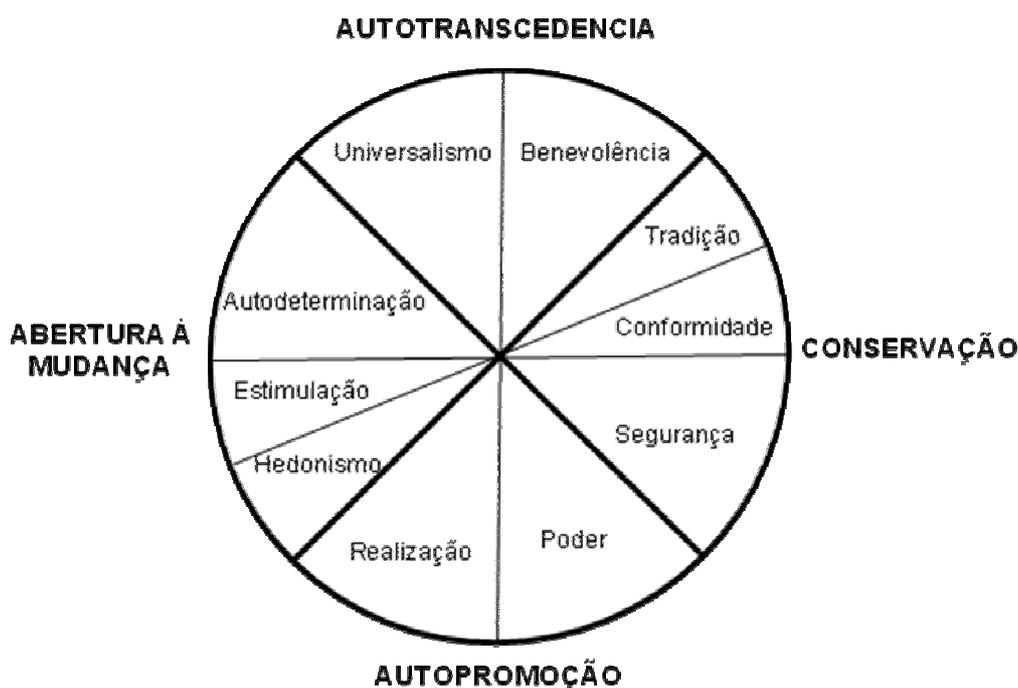


Figura 1 – Estrutura motivacional dos valores humanos

Este autor apresentou dez tipos de valores que seriam universais nas relações sociais: poder (poder social, autoridade, riqueza), realização (bem sucedido, capaz, audacioso), hedonismo (prazer, gozar a vida), estimulação (audacioso, vida excitante, vida variada), auto-direção (curioso, criatividade, liberdade), universalismo (protetor do ambiente, aberto, justiça social), benevolência (prestativo, honesto, leal), tradição (devoto, humilde, respeito pelas tradições), conformidade (obediente, respeitoso, polido) e segurança (limpo, segurança nacional, ordem social). Esses tipos representam as três

necessidades básicas e universais da natureza humana, ou seja, necessidades biológicas, de interação social estável e de sobrevivência dos grupos. Estes diversos domínios se organizam universalmente em função de relações de compatibilidade entre alguns valores, e de conflitos entre outros, e são representados por uma figura geométrica bidimensional (ver Figura 1).

A idéia de que as relações entre os valores sejam necessariamente conflituosas não é aceita porque são verificadas compatibilidades entre os domínios (Gouveia *et al.*, 2001), pois os sistemas de valores não se opõem, mas estão correlacionados positivamente (Billing, 1987). De fato, partindo-se de uma concepção de valores definidos como construtos sociais, e não oriundos de uma hierarquia de necessidades, torna-se difícil afirmar que os valores, por serem compartilhados de forma ampla por um determinado grupo social, possam ser opostos na sua estrutura. Portanto, não se podem separar valores individuais, afinal todos os valores são sociais visto que são criados por meio das interações entre os homens (Beattie, 1980) e são vastamente compartilhados por estes (Maio & Olson, 1998).

Numa perspectiva sociológica, Inglehart (1977) afirma que as transformações ocorridas na economia das sociedades ocidentais pós-modernas se relacionavam às modificações ocorridas na hierarquia de valores dessas sociedades. Ou seja, as modificações culturais, através do surgimento de novos valores, seguiram as mudanças nas condições de produção dessas sociedades, denominando esse processo de *feedback* econômico-cultural (Inglehart, 1994). Inglehart defende o aparecimento de dois blocos de valores como seus indicadores: valores materialistas (lutar contra a delinquência, manter a ordem, manter a economia estável), e valores pós-materialistas

(proteger a liberdade de expressão, progredir em direção a uma sociedade menos impessoal e mais humana, aumentar a participação dos cidadãos nas decisões importantes).

Assim, sociedades com problemas sociais básicos, como a estabilidade econômica, priorizariam os valores materialistas, enquanto que as sociedades que solucionaram esses problemas valorizariam metas pós-materialistas. Nesta perspectiva, também se postula uma relação entre necessidades e valores.

Para Inglehart (1994), conjuntamente com a passagem da sociedade feudal para o capitalismo moderno, ocorreriam mudanças consecutivas nos valores que teriam influenciado a sociedade em suas épocas diversas. Desta maneira, as sociedades modernas estariam sob a influência dos valores pós-materialistas, em vez dos valores religiosos e materialistas (características típicas da sociedade anterior e ultrapassada), logo, o desenvolvimento sócio-cultural permitiria a emergência de novos tipos de valores. Desse modo, os três sistemas (Religioso, Materialista e Pós-Materialista) se apoiariam entre si na formulação da estrutura hierárquica dos valores.

De acordo com este autor, a emergência dos valores pós-materialistas ocorreria somente quando os problemas econômicos e de segurança básica de um grupo fossem superados. Sendo assim, espera-se que os grupos sociais que tenham um maior bem-estar atribuam mais importância aos valores pós-materialistas, típicos de uma sociedade primeiro-mundista.

A teoria de Inglehart tem como ponto de partida a teoria das necessidades de Maslow (1954), porém se restringiu a elaboração de um continuum, em uma dimensão cultural bipolar: do materialismo ao pós-materialismo. Sua teoria não tem o objetivo de realizar comparações entre

indivíduos ou prever comportamentos sociais, e sim estabelecer comparações entre culturas.

Muitas pesquisas transculturais (Flanagan, 1987; Inglehart, 1991; Vala, 1994) e intraculturais (Bean & Papadakis, 1994; Braithwaite, Makkai & Pittelkow, 1996) verificaram a presença de valores materialistas e pós-materialistas distribuídos em uma única dimensão, como em duas dimensões que se correlacionavam positivamente (Pereira & Camino, 1999). Embora a perspectiva de Inglehart tenha sido amplamente divulgada e aceita entre os pesquisadores, algumas críticas foram realizadas por suas pressuposições indicarem uma estrutura bipolar e universal dos valores (Brechtin & Kempton, 1994).

No Brasil, tem sido desenvolvida uma abordagem psicossociológica sobre os valores (Pereira, Camino & Costa, 2004, 2005) que sugere uma articulação entre a ênfase psicológica destacada por Schwartz (1992) com a ênfase sociológica dada por Inglehart (1991).

Nesta dissertação, será utilizada uma perspectiva psicossocial dos valores, que considera que a fonte dos valores encontra-se nas identidades ideológicas que orientam os grupos sociais (repertórios representacionais), não em necessidades individuais. Na abordagem utilizada, os sistemas de valores são definidos como conhecimentos estruturados socialmente a partir dos diversos conteúdos ideológicos contidos na sociedade que o indivíduo está inserido. Acredita-se que os valores são produções sociais e, portanto, precisam de um conjunto de condições sociais para sua emergência e permanência para se integrar aos hábitos, costumes e atitudes de um grupo específico.

Logo, a origem dos valores não se encontraria nas necessidades individuais, pressuposto defendido por Schwartz (1992), nem nas necessidades sociais, pressuposto defendido por Inglehart (1991), mas nas construções sociais de significado, o que engloba um fenômeno de característica social ligado a um fenômeno psicológico. Contudo, cabe destacar que o surgimento dos valores depende de certas condições (Deschamps & Devos, 1993). Essas condições constituem as lutas ideológicas travadas pelos grupos sociais em busca do poder (Pereira & Camino, 1999).

Todos os valores são sociais, visto que são consequências de experiências de diversos grupos sociais e são formados no interior desses, por meio do consenso, da pluralidade de opiniões, da comparação social e de crenças sobre a realidade social (Deschamps & Devos, 1993; Vala, 1994). Sendo assim, é mais coerente estudar os valores como socialmente desejáveis e que são úteis para orientar os comportamentos individuais, reconhecendo que não são qualidades inseparáveis do objeto.

A perspectiva psicossociológica de Camino (1996) permite realizar uma compreensão mais ampla do preconceito, na medida em que esta teoria coloca as causas das diversas formas de representações raciais que coexistem numa sociedade, tanto nas formas de inserção das pessoas na sociedade, como nas complexas formas de relações que os grupos estabelecem.

A perspectiva psicossociológica não considera o preconceito como tendência psicológica universalista, mas uma construção social. Por isso, cabe questionar quais seriam os fatores psicossociais que explicariam a construção destas diferentes atitudes frente ao problema racial: racismo; racismo sutil e anti-racismo. Um dos fatores que se destaca são os valores.

Com base nesses pressupostos, Pereira et al. (2005) têm desenvolvido um instrumento de medida, o Questionário de Valores Psicossociais (QVP-24), que possibilita realizar uma análise dos sistemas de valores de diversos grupos sociais. Após uma série de aplicações e refinações deste instrumento (Lima & Camino, 1995; Pereira, Lima & Camino, 1997, 2001a, 2001b), foi elaborada uma versão final dessa medida de valores sociais resultando em 24 valores divididos em quatro sistemas: sistema religioso, sistema hedonista, sistema materialista e o sistema pós-materialista; subdividido em três subsistemas, desenvolvimento profissional, desenvolvimento pessoal e justiça social (ver Figura 2).

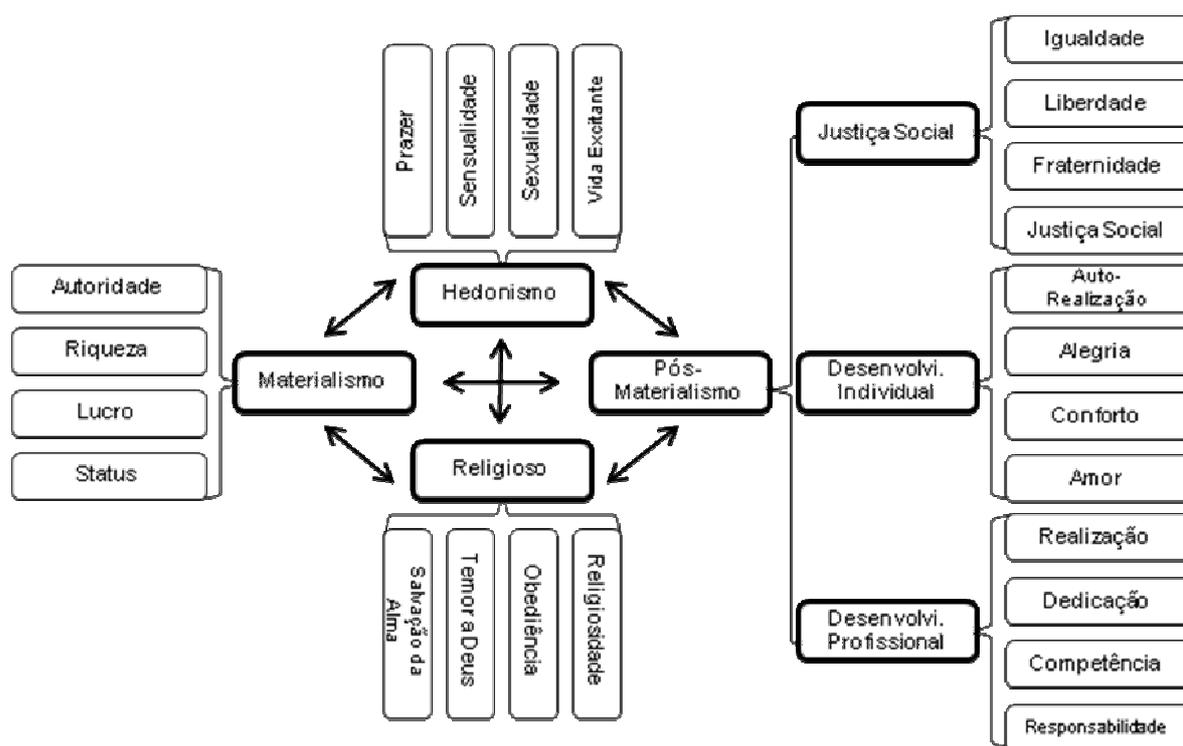


Figura 2 – Estrutura e conteúdos dos sistemas de valores

Ademais, em estudos anteriores também se verificou que a categorização racial no Brasil também está ligada com a categorização em

termos de países do Primeiro e do Terceiro Mundo (Camino, Machado & Silva, 2004; Camino *et al.*, 2007). É possível que em um país pós-moderno, onde a escravidão é formalmente proibida e a forte dominação econômica própria da lógica capitalista esteja presente, os sentimentos declaradamente depreciatórios direcionados aos negros, surgidos principalmente no período da escravatura, tenham se transformado em atitudes mais disfarçadas que contribuem para fortalecer a divisão entre países desenvolvidos e não desenvolvidos (Camino *et al.*, 2000).

Sendo assim, no interior dos países do Terceiro Mundo estaria também se desenvolvendo esta divisão. A cor da pele formaria um divisor tanto entre países como no interior desses. Esta divisão não implica conferir aos não brancos ser uma raça biologicamente inferior, como acontecia antes, porém de atribuir características de uma cultura com menor capacidade de adaptação ao desenvolvimento moderno.

Assim, os cidadãos do Terceiro Mundo se identificariam mais com os valores culturais que se acredita ser típicos do Primeiro Mundo, do que com os valores que se atribuem ao Terceiro Mundo. Consideram-se estes conceitos no seu sentido atual (ver Dicionário Aurélio), onde o terceiro mundo significa países subdesenvolvidos em oposição aos países desenvolvidos ou ditos do primeiro mundo.

De fato, no quadro dos estudos de Tajfel (1981), demonstra-se que a forma como acontece a diferenciação racial no Brasil difere de como ocorreu na Europa (Vala, 1999b; Perez, 1996) e nos Estados Unidos (McConahay, 1986). Portanto, conseguir relacionar estas diferenças com as peculiaridades do contexto histórico, econômico e cultural brasileiro é um grande desafio.

O racismo contra os negros, que inicialmente se sustentava na lógica da escravidão como único instrumento possível de viabilizar economicamente a exploração dos novos territórios conquistados, vai se inserindo, no mundo pós-moderno, no novo projeto de globalização econômica. A justificativa dos processos de desigualdade atual se estabelece a partir da crença de que certas culturas mostram possuir valores culturais mais adequados ao pós-modernismo, enquanto que outras culturas não possuiriam estes valores. Sendo assim, a cor da pele seria um indicador externo desta diferenciação. O que parece é que as culturas constroem os valores que querem para si mesmas e os valores que querem para os outros grupos.

Para Biernat et al. (1996), os valores de humanitarismo e ética protestante predizem o preconceito de forma claramente significativa. Enquanto para Sears (1998), são os valores relacionados com o igualitarismo que demonstram um efeito mais importante sobre as atitudes raciais, tendo menos relevância os valores que se encontram nas categorias do individualismo.

Em um estudo realizado com 209 espanhóis, que buscava relacionar os valores humanos básicos com atitude preconceituosa e intenção de contato com o exogrupo, observou-se que a adesão aos valores de 'Justiça social', 'Religiosidade', 'Apoio Social' e 'Convivência' tenderia a reduzir a atitude negativa ao exogrupo, enquanto a adesão aos valores de 'Poder', 'Tradição' e 'Obediência' apresentaram correlação positiva com a expressão de atitudes preconceituosas (Martinez, Bleda & Gouveia, 2006).

Outro estudo, com 303 residentes da cidade de João Pessoa, apresentou resultados semelhantes, onde a adesão ao valor 'Poder' obteve correlação positiva com a expressão de atitudes preconceituosas. Enquanto a

adesão aos valores de 'Justiça Social' e 'Honestidade' apresentou correlações negativas com a mesma variável, sugerindo que a adesão a certos valores representa bons indicadores da manifestação de atitudes preconceituosas. (Vasconcelos *et al.*, 2004).

Partindo destes pressupostos, pretende-se mostrar que as pessoas de nossa sociedade atribuiriam valores de primeiro mundo (pós-materialistas) aos brancos, e valores de terceiro mundo (materialistas, religiosos e hedonistas) aos negros, justificando as diferenças sociais existentes. Desta maneira, o objetivo principal desta dissertação consiste em verificar as relações entre os sistemas dos valores psicossociais e as diversas formas de expressão do preconceito em estudantes de ensino superior da cidade de João Pessoa.

CAPÍTULO 3

ESTUDO EMPIRICO I

3.1 OBJETIVOS

Junto aos processos contraditórios que tentam conciliar o contraste entre os efeitos de uma longa socialização racista, com a vigência de normas sociais anti-racistas, vêm se desenvolvendo novas formas de categorização social que substituem o conceito de raça, pelo de adaptação a valores modernos e progressistas.

Embora a ideologia neoliberal negue as diferenças hierárquicas entre as raças, ela pressupõe a existência de diferenças em termos de progresso sócio-econômico. Portanto, a cor da pele estaria de alguma maneira associada, seja aos valores progressistas do primeiro mundo (caso da cor branca), seja aos valores tradicionais e menos avançados do terceiro mundo (caso da cor negra).

Assim, as pessoas negras seriam caracterizadas como mais ligadas a valores terceiro-mundistas (materialismo, hedonismo e religioso), enquanto que as pessoas de cor branca seriam percebidas como possuindo valores do 1º mundo (pós-materialismo).

3.1.1 Objetivo Geral

Analisar a estrutura e o conteúdo do sistema de valores de estudantes universitários, como também a relação existente entre esses sistemas e diversas expressões do racismo.

3.1.2 Objetivos Específicos

- 1) Verificar como o estudante se diferencia ao comparar os valores aderidos por eles próprios e os valores atribuídos aos negros e aos brancos.
- 2) Verificar se a cor da pele influencia na atribuição de valores, isto é, se aos negros seriam atribuídos mais valores materialistas, e aos brancos, valores pós-materialistas.
- 3) Observar se a adesão aos valores materialistas estaria ligada a um maior nível de preconceito, e se a adesão aos valores pós-materialistas teria relação com um menor nível de preconceito.
- 4) Analisar o poder preditivo das variáveis psicossociais em relação com o Preconceito. Espera-se que a proximidade com pessoas de cor negra e que atitude favorável a países de 1º mundo influenciem na expressão do preconceito.

3.2 MÉTODO

3.2.1 Participantes

Este estudo foi realizado com duas amostras. A primeira com 220 estudantes de uma instituição de ensino superior particular de João Pessoa –

PB (150 mulheres e 70 homens, idade média de 24 anos, DP= 6,22). E a segunda com 200 estudantes de uma universidade pública (135 mulheres e 65 homens, idade média de 22 anos, DP= 4,3) da mesma cidade. O número de participantes permitiu satisfazer condições básicas das diversas análises estatísticas utilizadas.

3.2.2 Instrumento de coleta de dados

Inicialmente, os estudantes responderam a questões sócio-demográficas (idade, curso, sexo, religião, se trabalha, e o tipo de população com que se identifica) (ver Apêndice A). Depois, responderam os seguintes instrumentos:

a. Questionário de valores psicossociais (QVP-24)

Desenvolvido pelo GPCP (Grupo de Pesquisa em Comportamento Político), a escala mede quatro sistemas de valores: o sistema Pós-materialista, composto por três subsistemas, Justiça Social (Liberdade, Igualdade, Fraternidade, e Justiça Social), Desenvolvimento Profissional (realização profissional, dedicação ao trabalho, responsabilidade e competência) e o Desenvolvimento Pessoal (alegria, amor, conforto e auto-realização); o Sistema Materialista. (riqueza, lucro, *status* e autoridade), Sistema Religioso (obediências às leis de Deus, religiosidade, salvação da alma e temor a Deus) e o Sistema Hedonista (prazer, uma vida excitante, sexualidade e sensualidade) (ver Figura 1).

Inicialmente, foi apresentada a lista dos 24 valores da escala, e solicitado aos respondentes que atribuíssem uma nota de 1 (um) a 5 (cinco),

considerando o grau de importância de cada um dos valores “*para a construção de uma sociedade ideal para se viver*”. Os estudantes também deveriam indicar, em ordem de importância, quais eram os “*três valores mais importantes para a sua vida*”. (ver Apêndice B).

Posteriormente, em metade dos questionários (n= 110 para a primeira e n= 100 para a segunda amostra), os participantes foram solicitados a indicar, em ordem de importância, os três valores que “*os negros brasileiros considerariam mais importantes para a vida deles*”. Para outra metade, a pergunta foi direcionada para os brancos brasileiros. (ver Apêndice C).

b. Escala de distâncias percebidas

A diferenciação de grupos de cor foi obtida através de uma escala de distâncias percebidas entre os diversos grupos de cor. Solicitou-se aos estudantes que situassem os grupos raciais branco, negro e moreno, através das siglas correspondentes, ‘Br’, ‘Ng’ e ‘Mo’ respectivamente, em uma figura de 5 círculos circunscritos, onde no círculo mais interno se encontra a palavra EU. De forma a demonstrarem o quão próximos ou distantes sentem-se destes grupos (ver Apêndice D).

c. Escala de rejeição de políticas afirmativas (preconceito simbólico)

Esta escala foi adaptada de Kinder e Sears (1981), e tem o objetivo de mensurar o nível de expressão do preconceito no que diz respeito a não aceitação das políticas afirmativas. Os itens fazem referência á forma como o sujeito percebe as políticas sociais relativa às minorias sociais, como índios, negros, etc. (ex: “*devem superar o preconceito sem apoio como outros grupos o*

fizeram”; *“exigem muitos direitos*”; *“recebem demasiado respeito e consideração”*)

Os itens foram respondidos na escala Likert, que varia de 1= discordo totalmente e 5= concordo totalmente (ver Apêndice E).

d. Escala de rejeição da intimidade (preconceito flagrante)

Para medir o preconceito flagrante, foi utilizada uma adaptação da Escala de Rejeição da Intimidade desenvolvida por Pettigrew e Mertens (1995) que avalia os aspectos mais flagrantes do preconceito (ex: *“ver um negro namorando uma branca”*, *“ter uma pessoa competente de cor negra como seu chefe”*, *“participar de festas de pessoas de cor negra”*). A escala é composta por 9 itens e as respostas foram dadas em uma escala tipo Likert que varia de 1= não incomoda a 5= incomoda muito (ver Apêndice F). (Vieira *et al.*, 2010; Lima Nunes, 2009; Rivera, 2009)

e. Escala de atitudes favoráveis ao 1º e 3º mundo

A escala elaborada por Martinez e Camino (2000), tem o objetivo de medir o grau de identificação, de admiração e de desejo de morar em cada um destes conjuntos de países. Utilizou-se escala Likert que varia de 1= nada a 4= muito (ver Apêndice G).

3.2.3 Procedimentos

Os questionários foram aplicados coletivamente, mas respondidos individualmente, em ambiente de sala de aula. Primeiramente, os aplicadores solicitavam autorização ao professor da disciplina, após a permissão

concedida, os aplicadores se apresentavam e convidavam os alunos a responderem ao questionário de forma voluntária.

Os estudantes foram informados que a pesquisa abordava temas referentes a problemáticas sociais, e que não havia respostas certas ou erradas, e foram assegurados sobre a confidencialidade de suas respostas. Seguindo da permissão de uso dos dados da pesquisa por meio da assinatura do *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* (Ver Apêndice I), a administração dos questionários durou cerca de 30 minutos. Para tabulação e processamento dos dados foi utilizado o *software “Statistical Package for the Social Science – SPSS”* versão 16.0.

3.2.4 Resultados

Primeiramente serão apresentados os resultados da pesquisa realizada na instituição particular (Pesquisa I), e posteriormente os resultados da universidade pública (Pesquisa II).

3.2.4.1 Resultados Pesquisa I

Dos 220 estudantes entrevistados, eram 70 homens (31,8%) e 150 mulheres (68,2%), com idade média de 24 anos (DP= 6,22). A maioria dos alunos estava matriculada no curso de Psicologia (69,1%), não trabalhavam (76,8%), eram católicos (60%) e se identificavam com a população de cor de pele morena (56,4%) (Tabela 1).

Os universitários que se identificaram com a população de cor de pele

negra foram descartados, pois além do número de respondentes ser pequeno (n= 6), o objetivo da pesquisa é estudar o preconceito contra os negros, logo, não é de interesse estudar o grupo que sofre o preconceito.

Tabela 1. Perfil sócio demográfico dos participantes (Pesquisa I)

Variáveis	Frequência	%
Gênero		
Masculino	70	31,8
Feminino	150	68,2
Curso		
Psicologia	152	69,1
Educação Física	68	30,9
Trabalha		
Sim	51	23,2
Não	169	76,8
Religião		
Católica	132	60,0
Evangélica	45	20,5
Não tenho	30	13,6
Espírita	13	5,90
Afro-Brasileira	-	0,00
Com qual tipo de população você se identifica?		
População de cor de pele Branca	96	43,6
População de cor de pele Morena	124	56,4
Total	220	100

Com objetivo de verificar se existem diferenças entre (1) os valores atribuídos pelos estudantes a si mesmos e aos negros; (2) a si mesmos e aos brancos, (3) e entre brancos e negros, foram realizadas comparação de médias (*test-t*). Para isso, o valor que foi indicado com 1º mais importante obteve 3 pontos, o 2º mais importante, 2 pontos, e o 3º mais importante, 1 ponto. Posteriormente se criaram novas variáveis onde a pontuação dos valores era agrupada de acordo com os sistemas que estes fazem parte. Por exemplo, se o estudante indicasse a seguinte ordem 1º= Amor, 2º= Liberdade e 3º= Lucro,

logo o sistema de valor Desenvolvimento Pessoal obteria 3 pontos, o de Justiça Social, 2 pontos, e o Materialismo, 1 ponto. Outro exemplo, vamos supor que o universitário respondesse na seguinte ordem 1º= Fraternidade, 2º= Igualdade e 3º= Religiosidade, conseqüentemente, o sistema de valor Justiça Social e Religioso obteriam 5 e 1 ponto, respectivamente.

Comparando as médias ponderadas das atribuições da adesão a valores atribuídos aos estudantes por eles mesmos, com os valores dados aos brancos brasileiros, observa-se que os estudantes atribuem a si mesmos mais adesão aos valores de justiça social [t(109)= 4,77, p= 0,001] e de desenvolvimento pessoal [t(109)= 3,73, p= 0,001] e de religiosidade [t(109)= 4,87, p= 0,001], e atribuem à população branca mais adesão aos valores do materialismo [t(109)= 9,36, p= 0,001] e do hedonismo [t(109)= 3,95, p= 0,001] (Tabela 2).

Tabela 2. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância dos sistemas de valores atribuído a si mesmo e aos brancos brasileiros (Pesquisa I)

Sistema de Valores	Atribuição		t	gl	sig
	si mesmo	Aos Brancos			
Justiça Social	1,22	0,66	4,77	109	,001
Desenvolvimento Pessoal	2,57	1,85	3,73	109	,001
Desenvolvimento Profissional	0,62	0,59	0,21	109	,831
Materialismo	0,00	2,05	9,36	109	,001
Hedonismo	0,03	0,37	3,95	109	,001
Religiosidade	1,56	0,62	4,87	109	,001

Quando comparados os valores atribuídos pelos estudantes a si mesmos e aos negros, observa-se que os estudantes atribuem a si próprios, mais adesão aos valores de desenvolvimento profissional [t(109)= 1,05, p= 0,001], e pessoal [t(109)= 6,18, p= 0,001], e aos valores de religiosidade [t(109)= 6,16, p= 0,001], e atribuem a população negra maior adesão aos

valores de justiça social [$t(109) = 11,2$, $p = 0,001$].

Merece atenção o fato de os estudantes terem atribuído a si mesmos valores relacionados à religiosidade, tendo em vista que as religiões afro-brasileiras sejam altamente difundidas no que diz respeito à caracterização da população negra no Brasil. É possível que este resultado seja devido aos valores que compõem o sistema Religioso do QVP-24 (Obediência às leis de Deus, Temor a Deus, Religiosidade e Salvação da Alma) que tem mais relação aos valores religioso do Cristianismo, religião oficial do Brasil, do que características mais típicas das religiões africanas, comumente relacionadas à comunidade negra (Tabela 3).

Tabela 3. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância atribuído aos sistemas de valores a si mesmo e aos negros brasileiros (Pesquisa I)

Sistema de Valores	Atribuição		t	gl	Sig
	si mesmo	Aos Negros			
Justiça Social	1,06	3,71	11,2	109	,001
Desenvolvimento Pessoal	2,41	1,21	6,18	109	,001
Desenvolvimento Profissional	1,05	0,50	3,60	109	,001
Materialismo	0,14	0,25	0,41	109	,682
Hedonismo	0,23	0,14	0,82	109	,412
Religiosidade	1,13	0,34	6,16	109	,001

Quando realizada uma comparação entre as médias ponderadas de valores atribuídos pelos estudantes aos negros e aos brancos, pode se verificar que os estudantes atribuem a população negra mais adesão aos valores de justiça social que aos brancos [$t(218) = 14,9$; $p < 0,001$], e a estes mais adesão ao valores de desenvolvimento pessoal [$t(218) = 2,71$; $p < 0,007$] do materialismo [$t(218) = 8,24$; $p < 0,001$], do hedonismo [$t(218) = 2,21$; $p < 0,028$] e de religiosidade [$t(218) = 2,56$; $p < 0,011$] (Tabela 4).

Tabela 4. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância atribuído aos negros aos brancos brasileiros (Pesquisa I)

Sistema de Valores	Atribuição		t	gl	Sig
	Aos Negros	Aos Brancos			
Justiça Social	3,71	0,66	14,9	218	,001
Desenvolvimento Pessoal	1,21	1,85	2,71	218	,007
Desenvolvimento Profissional	0,50	0,59	1,11	218	,267
Materialismo	0,25	2,05	8,24	218	,001
Hedonismo	0,14	0,37	2,21	218	,028
Religiosidade	0,34	0,62	2,56	218	,011

Posteriormente, foi realizada uma análise fatorial dos componentes principais (rotação *Varimax*) para verificar a estrutura interna das escalas. Para isso foi verificado o índice *Kayser-Meyer-Olkin (KMO)*, e calculado os alfas de Cronbach (Cronbach, 1951) para comprovar a consistência interna dos fatores. Foram considerados fatores válidos aqueles que obtiveram *Eigenvalue*>1, e as cargas fatoriais dos itens acima de 0,30.

A escala de *Preconceito Simbólico* corroborou a estrutura unifatorial ($\alpha=0,75$), apresentou $KMO=0,782$ ($p<0,000$), com 37,1% da variância explicada (Tabela 5).

Tabela 5. Estrutura fatorial da escala de preconceito simbólico (Pesquisa I)

Item	Descrição do Conteúdo	Preconceito Simbólico
3	Exigem muitos direitos	0,695
2	Recebem demasiado respeito e consideração	0,679
1	Recebem mais do que merecem	0,637
4	Possui demasiada influência política	0,623
7	Não necessitam de ajuda oficial, mas de se organizarem melhor	0,597
8	Devem superar o preconceito sem apoio, como outros grupos o fizeram	0,576
6	Estão melhor agora do que nunca	0,542
5	Não são discriminados no Brasil	0,496
Eigenvalue		2,99
% Variância Total		37,1
Alfa de Cronbach		0,75

A Escala de *Preconceito Flagrante* também apresentou estrutura unifatorial ($\alpha = 0,86$), com $KMO = 0,773$ ($p < 0,000$) e 52,5% da variância explicada (Tabela 6).

Tabela 6. Estrutura fatorial da escala de preconceito flagrante (Pesquisa I)

Item	Descrição do Conteúdo	Preconceito Flagrante
2	Ter pessoas de cor negra como seus colegas de trabalho	0,804
1	Ter uma pessoa competente de cor negra como seu chefe	0,794
8	Ter um neto (a) mulato (a)	0,764
3	Ter amigos (as) que sejam negros	0,741
9	Ver um negro namorando uma branca	0,724
4	Ver um branco namorando uma negra	0,705
7	Participar de festas de pessoas de cor negra	0,698
6	Ter parentes por aliança de cor negra	0,669
5	Adotar uma criança negra	0,602
Eigenvalue		4,73
% Variância Total		52,5
Alfa de Cronbach		0,86

Quanto à escala de *Atitude favorável a 1º e 3º Mundo*, o KMO encontrado foi de 0,670 ($p < 0,000$), explicando um total de 63,4% da variância com um estrutura bifatorial: Fator Atitude Favorável a Países de 1º Mundo ($\alpha = 0,729$) e Atitude Favorável a Países de 3º Mundo ($\alpha = 0,678$) (Tabela 7).

Tabela 7. Estrutura fatorial da escala de atitude favorável ao 1º e 3º mundo (Pesquisa I)

Item	Descrição do conteúdo	Fatores		h ²
		1º mundo	3º mundo	
1	Grau de identificação com países de primeiro mundo	0,829		0,695
3	Grau de admiração com países de primeiro mundo	0,801		0,658
5	Grau de desejo de morar em países de primeiro mundo	0,787		0,622
6	Grau de desejo de morar em países de terceiro mundo		0,832	0,692
2	Grau de identificação com países de terceiro mundo		0,760	0,580
4	Grau de admiração com países de terceiro mundo		0,739	0,557
Eigenvalue		1,96	1,84	
% Variância Total		32,7	30,7	
Alfa de Cronbach		0,73	0,68	

Quanto ao *Questionário de valores Psicossociais (QVP-24)*, sobre o qual se tem procedido a um conjunto de validações internas e externas que demonstram que a escala revela padrões de fidedignidade e validade adequados para a realização da análise dos sistemas de valores de estudantes universitários, principalmente de universitários do estado da Paraíba (Pereira, Camino & Costa, 2004, 2005; Pereira, Lima & Camino, 2001; Pereira, Torres & Barros, 2004; Fernandes *et al.*, 2006, 2007). Portanto, foram calculados apenas os alfas de Cronbach que apresentaram índices satisfatórios, acima de 0,60 (Nunnally, 1978), exceto o sistema de valor 'Desenvolvimento Pessoal ($\alpha=0,47$), o que indica a necessidade de aperfeiçoar em pesquisas futuras esse fator para que o questionário possa conseguir índices de fidedignidade bons, que podem ser adquiridos através do acréscimo de novos itens ou da reconfiguração dos itens já utilizados (Wachelke *et al.* 2004) (Tabela 8).

Tabela 8. Alfa de Cronbach dos sistemas de valores (Pesquisa I)

	Fator	alfa
QVP-24	Justiça Social	,71
	Desenvolvimento Pessoal	,47
	Desenvolvimento Profissional	,63
	Materialismo	,75
	Hedonismo	,77
	Religiosidade	,77

Por fim, com o objetivo de identificar se variáveis do estudo, Valores Psicossociais, Proximidade ao Negro e ao Branco, Atitude Favorável ao 1º e ao 3º mundo, e variáveis sócio-demográficas (Variáveis Independentes – VI), influenciam diretamente o Preconceito Flagrante (Variável Dependente – VD), foi realizada uma regressão linear múltipla (método *stepwise*). (Tabela 9).

Ao calcular a regressão onde as variáveis independentes foram as

variáveis sócio-demográficas, as variáveis gênero e trabalho foram transformadas em *dummy variable*, onde Masculino e se o estudante trabalha seriam iguais a 1.

Tabela 9. Regressão linear múltipla (*stepwise*) das variáveis psicossociais com preconceito flagrante (Pesquisa I)

Variáveis	Estatísticas		
	Beta	t	p. <
Sistemas de Valores			
Justiça Social	-,190	-2,78	,006
Desenvolvimento Pessoal	,015	0,19	,847
Desenvolvimento Profissional	,055	0,70	,487
Materialismo	,085	1,22	,223
Hedonismo	,074	1,06	,291
Religiosidade	,034	0,48	,628
Atitude Favorável a países do 1º mundo	,204	2,98	,003
Atitude Favorável a países do 3º mundo	-,072	-1,04	,299
Proximidade com o NEGRO	-,104	-1,46	,145
Proximidade com o BRANCO	,176	2,58	,011
Variáveis Sócio-Demográficas			
Idade	-,115	-1,67	,096
Gênero Masculino	-,058	-0,84	,399
Trabalha	-,090	-1,32	,187
Coeficiente de Correlação. Múltipla	R = ,327		
% Variabilidade Explicada	R² = 9,3%		
Significância da amostra	F_{3,193} = 7,682		
P. <	,000		

Como resultado [$R = 0,327$; $F_{(3,193)} = 7,682$; $p < 0,000$], pode-se observar que dos sistemas de valores mensurados, apenas um aparece com relação preditiva, o sistema Justiça Social [$\beta = -0,190$; $t = -2,78$; $p < 0,006$]. Quanto maior a adesão a estes conjuntos de valores (Justiça Social, Liberdade, Igualdade e Fraternidade) menor será a sua relação com a expressão do Preconceito Flagrante. (Tabela 9).

Outras duas variáveis que apresentaram poder preditivo foi a atitude favorável a países do 1º mundo [$\beta = 0,240$; $t = 2,98$; $p < 0,003$], e a proximidade

com o branco [$\beta = 0,176$; $t = 2,58$; $p < 0,011$]. Portanto, pessoas que têm um elevado grau de admiração, identificação e desejo de morar em países de 1º mundo, e que se consideram mais próximas aos brancos, tendem a expressar mais facilmente o preconceito flagrante.

Tabela 10. Regressão linear múltipla (*stepwise*) das variáveis psicossociais com preconceito simbólico (Pesquisa I)

Variáveis	Estatísticas		
	Beta	t	p. <
Sistemas de Valores			
Justiça Social	-,207	-3,02	,003
Desenvolvimento Pessoal	,032	0,38	,705
Desenvolvimento Profissional	-,123	-1,59	,113
Materialismo	,243	3,58	,000
Hedonismo	,103	1,18	,239
Religiosidade	,070	0,96	,338
Atitude Favorável a países do 1º mundo	-,087	-1,27	,206
Atitude Favorável a países do 3º mundo	-,010	-0,15	,881
Proximidade com o NEGRO	-,147	-2,09	,038
Proximidade com o BRANCO	-,013	-0,19	,852
Variáveis Sócio-Demográficas			
Idade	,034	0,50	,616
Gênero Masculino	,176	2,57	,011
Trabalha	,014	0,20	,839
Coeficiente de Correlação. Múltipla	R = ,462		
% Variabilidade Explicada	R² = 16,3%		
Significância da amostra	F_{4,183} = 10,117		
P. <	,000		

Ao se realizar uma regressão linear múltipla (*stepwise*) com as mesmas VI's sendo a VD o Preconceito Simbólico [$R = 0,327$; $F_{(3,193)} = 7,682$; $p < 0,000$], pode se perceber que, novamente, a adesão ao sistema de valor Justiça Social [$\beta = -0,201$; $t = -3,02$; $p < 0,003$] tem relação preditiva com a não expressão do Preconceito, neste caso, o Simbólico. O oposto pode se constatar na adesão aos valores do sistema Materialista (Riqueza, *Status*, Lucro e Autoridade) que tem um poder preditivo direto com a expressão do Preconceito Simbólico [$\beta =$

0,243; $t= 3,58$; $p < 0,000$] (Tabela 10).

Outro resultado encontrado é que, quanto mais a pessoa se considera próxima a pessoas de cor Negra, menor será a tendência de expressar o Preconceito Simbólico [$\beta= -0,147$; $t= -2,09$; $p < 0,038$]. Por fim, a presença do gênero Masculino, também apresentou poder preditivo [$\beta= 0,176$; $t= 2,57$; $p < 0,011$] para a manifestação deste tipo de preconceito.

3.2.4.2 Resultados Pesquisa II

A segunda pesquisa foi realizada com uma amostra de uma universidade pública da cidade de João Pessoa, composta por 200 estudantes, sendo 65 homens e 135 mulheres, com idade me de 22 anos ($DP= 4,3$). A maioria dos participantes estava cursando Psicologia (41,5%), não trabalhava (82,5%), era católica (54,5%), e se identificava com a população de cor de pele Branca (53%). Os universitários que se identificavam com a população de cor de pele Negra ($n=11$) foram descartados. (Tabela 11).

Tabela 11. Perfil sócio demográfico dos participantes (Pesquisa II)

Variáveis	Frequência	%
Gênero		
Masculino	65	32,5
Feminino	135	67,5
Curso		
Psicologia	83	41,5
Pedagogia	33	16,5
Economia	28	14,0
Administração	21	10,5
Ciências Contábeis	19	9,50
Serviço Social	17	8,50
Letras	16	8,00
Trabalha		
Sim	35	17,5

Não	165	82,5
Religião		
Católica	109	54,5
Evangélica	30	15,0
Não tenho	54	27,0
Espírita	7	3,5
Afro-Brasileira	-	-
Com qual tipo de população você se identifica?		
População de cor de pele Branca	106	53,0
População de cor de pele Morena	94	47,0
Total	200	100

Comparando as médias ponderadas das atribuições da adesão a valores atribuídos aos estudantes a eles mesmos, com os valores dados aos brancos brasileiros, observa-se que os estudantes atribuem a si mesmos mais adesão aos valores de justiça social [$t(99) = 6,67$; $p < 0,001$], de desenvolvimento pessoal [$t(99) = 6,28$; $p < 0,001$] e de religiosidade [$t(99) = 4,37$; $p < 0,001$], e atribuem à população branca mais adesão aos valores do materialismo [$t(99) = 11,5$; $p < 0,001$] e do hedonismo [$t(99) = 3,31$; $p < 0,001$] (Tabela 12).

Tabela 12. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância atribuído aos sistemas de valores pelos estudantes e aos brancos brasileiros (Pesquisa II)

Sistema de Valores	Atribuição		t	gl	sig
	A si mesmo	Aos Brancos			
Justiça Social	1,59	0,42	6,67	99	,001
Desenvolvimento Pessoal	2,61	1,49	6,28	99	,001
Desenvolvimento Profissional	0,51	0,65	0,98	99	,328
Materialismo	0,03	2,25	11,5	99	,001
Hedonismo	0,09	0,34	3,31	99	,001
Religiosidade	1,16	0,40	4,37	99	,001

Quando comparados os valores atribuídos pelos estudantes a si mesmos e aos negros, observa-se que os estudantes atribuem a si próprios, mais adesão aos valores de desenvolvimento profissional [$t(99) = 4,15$; $p < 0,001$] e pessoal [$t(99) = 6,75$; $p < 0,001$], aos valores hedônicos [$t(99) = 2,20$; $p <$

0,030] e de religiosidade [$t(99) = 3,90$; $p < 0,001$], e atribuem à população negra maior adesão aos valores de justiça social [$t(99) = 11,9$; $p < 0,001$] (Tabela 13).

Tabela 13. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância atribuído aos sistemas de valores pelos estudantes e aos negros brasileiros (Pesquisa II)

Sistema de Valores	Atribuição		t	gl	sig
	A si mesmo	Aos Negros			
Justiça Social	1,79	4,27	11,9	99	,001
Desenvolvimento Pessoal	2,61	1,21	6,75	99	,001
Desenvolvimento Profissional	0,83	0,21	4,15	99	,001
Materialismo	0,03	0,10	3,00	99	,145
Hedonismo	0,14	0,01	2,20	99	,030
Religiosidade	0,61	0,14	3,90	99	,001

Quando realizada uma comparação entre as médias ponderadas de valores atribuídos pelos estudantes aos negros e aos brancos, pode se verificar que os estudantes atribuem à população negra mais adesão aos valores de justiça social que aos brancos [$t(198) = 18,9$; $p < 0,001$], e a estes mais adesão aos valores de desenvolvimento profissional [$t(198) = 2,69$; $p < 0,008$], do materialismo [$t(198) = 10,97$; $p < 0,001$], do hedonismo [$t(198) = 4,40$; $p < 0,001$], e de religiosidade [$t(198) = 2,38$; $p < 0,018$] (Tabela 14).

Tabela 14. Comparação de médias das pontuações obtidas com o grau de importância atribuído aos negros aos brancos brasileiros (Pesquisa II)

Sistema de Valores	Atribuição		t	gl	sig
	Aos Negros	Aos Brancos			
Justiça Social	4,27	0,42	18,9	198	,001
Desenvolvimento Pessoal	1,21	1,49	1,21	198	,228
Desenvolvimento Profissional	0,27	0,65	2,69	198	,008
Materialismo	0,10	2,75	10,97	198	,001
Hedonismo	0,01	0,04	4,40	198	,001
Religiosidade	0,14	0,40	2,38	198	,018

O procedimento para se realizarem as Análises Fatoriais das escalas foi o mesmo adotado na primeira pesquisa (Tabela 12).

Quanto à escala que avalia o *preconceito simbólico* manteve a estrutura unifatorial ($\alpha = 0,80$), apresentou $KMO = 0,847$ ($p < 0,000$) e obteve 43,4% da variância explicada (Tabela 15).

Tabela 15. Estrutura fatorial da escala de preconceito simbólico (Pesquisa II)

Item	Descrição do Conteúdo	Preconceito Simbólico
3	Exigem muitos direitos	0,734
7	Não necessitam de ajuda oficial, mas de se organizarem melhor	0,702
1	Recebem mais do que merecem	0,685
2	Recebem demasiado respeito e consideração	0,664
6	Estão melhor agora do que nunca	0,658
4	Possui demasiada influência política	0,594
8	Devem superar o preconceito sem apoio, como outros grupos o fizeram	0,593
5	Não são discriminados no Brasil	0,548
Eigenvalue		3,37
% Variância Total		43,4
Alfa de Cronbach		0,80

O instrumento que mensura o *Preconceito Flagrante* também apresentou um único fator ($\alpha = 0,83$), com $KMO = 0,850$ ($p < 0,000$) e 53,2% da variância explicada. (Tabela 16).

Tabela 16. Estrutura fatorial da escala de preconceito flagrante (Pesquisa II)

Item	Descrição do Conteúdo	Preconceito Flagrante
2	Ter pessoas de cor negra como seus colegas de trabalho	0,883
3	Ter amigos (as) que sejam negros	0,878
1	Ter uma pessoa competente de cor negra como seu chefe	0,821
6	Ter parentes por aliança de cor negra	0,799

4	Ver um branco namorando uma negra	0,661
8	Ter um neto (a) mulato (a)	0,661
7	Participar de festas de pessoas de cor negra	0,650
9	Ver um negro namorando uma branca	0,581
5	Adotar uma criança negra	0,530
Eigenvalue		4,78
% Variância Total		53,2
Alfa de Cronbach		0,83

A escala de *Atitudes Favoráveis a países de 1º e 3º mundo*, obteve o KMO= 0,671 ($p < 0,000$) com 64% da variância total explicada, permanecendo a estrutura bifatorial: Primeiro mundo ($\alpha = 0,75$) e Terceiro mundo ($\alpha = 0,67$). (Tabela 17).

Tabela 17. Estrutura fatorial da escala de atitude favorável ao 1º e 3º mundo (Pesquisa II)

Item	Descrição do conteúdo	Fatores		h ²
		1º mundo	3º mundo	
5	Grau de desejo de morar em países de primeiro mundo	0,850		0,680
1	Grau de identificação com países de primeiro mundo	0,816		0,724
3	Grau de admiração com países de primeiro mundo	0,796		0,634
6	Grau de desejo de morar em países de terceiro mundo		0,793	0,609
2	Grau de identificação com países de terceiro mundo		0,780	0,631
4	Grau de admiração com países de terceiro mundo		0,749	0,561
Eigenvalue		2,06	1,77	
% Variância Total		33,7	30,3	
Alfa de Cronbach		0,75	0,67	

Ademais, os índices de consistência interna (alfas de Cronbach) dos sistemas de valores que foram calculados e obtiveram resultados favoráveis. (ver Tabela 18).

Tabela 18. Alpha de Cronbach dos fatores (Pesquisa II)

	Fator	alfa
QVP-24	Justiça Social	,63
	Desenvolvimento Pessoal	,60
	Desenvolvimento Profissional	,74
	Materialismo	,75
	Hedonismo	,75
	Religiosidade	,90

Por fim, foram realizadas duas regressões lineares múltiplas a fim de verificar a relação preditiva das variáveis do estudo com a expressão do Preconceito Simbólico e Flagrante.

Quanto ao Preconceito Flagrante [$R= 0,314$; $F_{(3,188)}= 6,867$; $p < 0,000$], observa-se que o sistema de valor Hedonista [$\beta= 0,175$; $t= -2,50$; $p < 0,013$] e Religioso [$\beta= -0,148$; $t= -2,01$; $p < 0,037$] apresentam poder preditivo. Ou seja, por um lado, quem valoriza o Hedonismo (Sensualidade, Sexualidade, Uma Vida Excitante e Prazer) tende a expressar seu preconceito de forma mais flagrante, enquanto, por outro lado, a adesão a valores Religiosos (Obediência às leis de Deus, Religiosidade, Salvação da Alma e Temor a Deus) se afasta desse tipo de expressão. Pode-se observar também uma tendência do sistema de valores de Justiça social ser considerado como mais um preditor da não expressão do preconceito [$\beta= -0,128$; $t= -1,81$; $p < 0,071$].

Outra variável que apresentou relação preditiva foi a 'proximidade com pessoas de cor negra [$\beta= -0,215$; $t= -3,09$; $p < 0,002$]. Neste sentido, quanto mais próximos os sujeitos se consideram do negro, não tenderão a expressar o preconceito (Tabela 19).

Tabela 19. Regressão linear múltipla (*stepwise*) das variáveis psicossociais com Preconceito flagrante (Pesquisa II)

Variáveis	Estatísticas		
	Beta	t	p. <
Sistemas de Valores			
Justiça Social	-,128	-1,81	,071
Desenvolvimento Pessoal	-,087	-1,09	,276
Desenvolvimento Profissional	,032	,042	,674
Materialismo	,018	0,21	,834
Hedonismo	,175	2,50	,013
Religiosidade	-,148	-2,01	,037
Atitude Favorável a países do 1º mundo	,047	0,69	,505
Atitude Favorável a países do 3º mundo	,004	,064	,949
Proximidade com o NEGRO			
Proximidade com o BRANCO	,094	1,32	,189
Variáveis Sócio-Demográficas			
Idade	-,099	-1,42	,157
Gênero Masculino	,003	0,04	,964
Trabalha	,008	,114	,909
Coeficiente de Correlação. Múltipla	R = ,314		
% Variabilidade Explicada	R² = 8,4%		
Significância da amostra	F_{3,188} = 6,867		
P. <	,000		

Por fim, buscaram-se identificar as variáveis com poder preditivo do Preconceito Simbólico [$R= 0,300$; $F_{(2,187)}= 9,217$; $p< 0,000$]. Como resultado, temos que a adesão aos valores de Justiça Social [$\beta= -0,219$; $t= -3,14$; $p< 0,002$] e Materialista [$\beta= 0,193$; $t= -2,76$; $p< 0,006$] apresentam relação preditiva com a expressão do Preconceito Simbólico. Desse modo, a adesão aos valores como a Igualdade, Liberdade, Fraternidade e a Justiça Social está inversamente relacionada à manifestação do Preconceito. Por outro lado, a adesão os valores Materialistas tem relação direta com a expressão do Preconceito. Ademais, a atitude favorável a países de 1º mundo também pode ser indicada como uma tendência para a expressão do preconceito simbólico [$\beta= -0,129$; $t= -1,81$; $p< 0,072$] (Tabela 20).

Tabela 20. Regressão linear múltipla (*stepwise*) das variáveis psicossociais com preconceito simbólico (Pesquisa II)

Variáveis	Estatísticas		
	Beta	t	p. <
Sistemas de Valores			
Justiça Social	-,219	-3,14	,002
Desenvolvimento Pessoal	-,102	-1,25	,213
Desenvolvimento Profissional	-,106	-1,23	,219
Materialismo	,193	2,76	,006
Hedonismo	-,025	-0,31	,757
Religiosidade	,019	0,25	,806
Atitude Favorável a países do 1º mundo	,129	1,81	,072
Atitude Favorável a países do 3º mundo	-,054	-0,76	,446
Proximidade com o NEGRO	-,003	-0,05	,963
Proximidade com o BRANCO	-,024	-0,34	,733
Variáveis Sócio-Demográficas			
Idade	-,030	-0,43	,668
Gênero Masculino	,054	0,76	,450
Trabalha	-,029	-0,41	,679
Coefficiente de Correlação. Múltipla	R = ,300		
% Variabilidade Explicada	R² = 8%		
Significância da amostra	F_{2,187} = 9,217		
P. <	,000		

3.2.5 Discussão

Neste estudo, foi verificada a relação dos sistemas de valores com diversas formas de avaliar o preconceito (o preconceito flagrante, o simbólico e a proximidade ao negro). Cabe destacar que este trabalho utilizou a perspectiva teórico-metodológica sobre os valores (Lima & Camino, 1995; Pereira, 2000; Pereira *et al.*, 2001; Torres, 1992) que tem como base de desenvolvimento a articulação psicossociológica proposta por Doise (1976, 1982) como sendo um campo específico de estudo da Psicologia Social. Assim, nesta pesquisa, levou-se em consideração que tanto as necessidades

individuais como as prioridades dos indivíduos também são construções sociais (Deschamps & Devos, 1993).

Este trabalho também pressupõe que a diferenciação dos valores do endogrupo em relação ao exogrupo é um fator que influencia no surgimento do preconceito (Rokeach, 1960). Neste sentido, a origem do preconceito estaria na percepção das diferenças de valores entre dois grupos ou culturas. Portanto, a premissa inicial deste estudo era que a cor de pele teria influência, de certo modo, na associação com os sistemas de valores. No caso da cor branca, estaria associada a valores progressistas de primeiro mundo (Liberdade, Igualdade, Fraternidade, Justiça Social), e no caso da cor negra, estaria associada a valores tradicionais, típicos de terceiro mundo (Valores Materialistas, Hedônicos e Religiosos).

Esta pressuposição originou-se do estudo de Camino e Cols (2001, 2004, 2007), em que estudantes universitários paraibanos atribuíam adjetivos de pessoas que moravam em países de Primeiro Mundo (ambicioso, independente, civilizado e rico) e Terceiro Mundo (pobre, solidário, trabalhador e sonhador) para pessoas de cor negra e cor branca, os resultados demonstraram que às pessoas de cor negra foram atribuídos os traços de países de 3º mundo e às pessoas de cor branca, características do 1º mundo. Assim, acreditou-se que resultados semelhantes seriam encontrados quando os estudantes fossem solicitados que indicassem quais os valores que negros e brancos brasileiros considerariam mais importantes para a vida deles.

Porém se pode perceber que estes resultados não confirmam os pressupostos dessa pesquisa, quando se acreditava que as pessoas de cor negra seriam caracterizadas com valores do 3º Mundo (Materialismo e

Hedonismo) e pessoas de cor branca estariam ligadas a valores de 1º Mundo (Justiça Social, Desenvolvimento Individual e Profissional) (Tabela 15).

Tabela 21. Comparação dos pressupostos iniciais com os resultados obtidos

Estudos	Pesquisas anteriores (Camino <i>et al.</i> , 2001, 2004, 2007)	Estudo Empírico I	
	Quais adjetivos são atribuídos aos negros e brancos brasileiros?	Quais valores são atribuídos aos negros e brancos brasileiros?	
		Pressuposto inicial	Resultados
1º MUNDO	BRANCO	BRANCO	NEGRO
3º MUNDO	NEGRO	NEGRO	BRANCO

Analisando o conjunto de resultados se constatou que nosso pressuposto inicial não levou em conta dois fatores. Primeiramente, foi utilizado, como suporte teórico de nossa hipótese, a teoria de Inglehart, que se apóia na comparação direta de sociedades e grupos sociais com diversos níveis de desenvolvimento econômico, comparando os valores que cada grupo escolhe para si mesmo. Contudo, na presente pesquisa optou-se por uma estratégia diferente: comparar como são percebidas populações (branca e negra) que vivem em diferentes condições sócio-econômicas. Fundamentalmente, a pesquisa trata da comparação de como são percebidos os valores de duas populações (o negro e o branco).

Tinha-se pensado que por se tratar de valores culturais, não seriam observadas, na percepção dos alunos, as distorções próprias do preconceito sutil. Camino *et al.* (2004, 2007) tinham demonstrado que os estudantes paraibanos atribuem, sem nenhum problema, traços do 3º mundo à população negra. Mas os objetos usados nesses estudos (pobre, trabalhador, solidário e

sonhador) não tinham o viés negativo que valores como materialismo e hedonismo parecem ter (Tabela 16).

Os resultados (Tabela 22) indicam que os estudantes das duas universidades praticamente não atribuem a si valores dos sistemas materialistas e hedonistas, mesmo que alguns desses valores hedonistas (sensualidade, sexualidade, vida excitante e prazer) sejam típicos dos jovens estudantes, e que valores materialistas (riqueza, lucro, autoridade, *status*) estejam na base de suas ambições universitárias.

Tabela 22. Análise comparativa das comparações de médias das Pesquisas I e II

Pesquisa		I		II		I		II	
		EU	B	EU	B	EU	N	EU	N
Comparação		EU	B	EU	B	EU	N	EU	N
Sistema de Valores	Justiça Social	✓		✓			✓		✓
	Desenvolvimento Pessoal	✓		✓		✓		✓	n.s
	Desenvolvimento Profissional	n.s		n.s		✓		✓	n.s
	Materialismo		✓		✓	n.s		n.s	✓
	Hedonismo		✓		✓	n.s		✓	✓
	Religiosidade	✓		✓		✓		✓	✓

Como os valores materialistas e hedonistas são indicadores que possuem algumas características negativas, não é de estranhar que os estudantes, como já constatado por Camino et al.(2004, 2007), tenham atribuído traços mais negativos à população de cor branca, e como se evitam utilizar esses traços para classificar a população de cor negra.

Entretanto, alguns resultados parecem mostrar certas contradições na percepção que os estudantes têm da população negra. Primeiro, enquanto eles priorizam os valores de desenvolvimento individual, atribuem à população negra quase que exclusivamente valores de justiça social. Estes resultados

podem ser interpretados sob a luz do contexto sócio-político atual. A valorização da justiça social estaria ligada tanto à consciência de forte discriminação social exercida no Brasil como das reivindicações cada vez maiores da população negra.

Um aspecto que merece ser ressaltado é que, no questionário aplicado, não se fazia referência apenas a pessoas de cor negra e pessoas de cor branca de forma genérica, mas era explicitado que são negros e bancos brasileiros (ver Apêndice C), ou seja, que mesmo sendo do mesmo país e compartilhando de uma mesma cultura, o que causou a diferenciação de valores foi a cor de pele.

Os resultados desse estudo contradizem o que afirma Inglehart (1991), quando assegura que os países de terceiro mundo adeririam mais aos valores relacionados a necessidades ainda não supridas, logo, a valores Materialistas e Hedonistas, e que, ao serem supridas as necessidades, passariam a valorizar o sistema de valores Pós-Materialistas, pois, os estudantes universitários, brasileiros terceiro-mundistas, atribuíram como valores mais importantes, aqueles que fazem parte dos sistemas de valores ligados à Justiça Social, Desenvolvimento Pessoal e Profissional. Porém, estes resultados podem ser justificados pelo nível de escolaridade dos participantes da pesquisa, pois eram universitários e, segundo Vala (1994), o nível educacional é o melhor preditor da adesão aos valores pós-materialistas.

Por outro lado, as novas mudanças econômico-culturais a nível global, e a nova tonalidade que se tem dado a alguns países, antes categorizados como terceiro-mundistas, e hoje nomeados como emergentes devido à posição econômica que estão ocupando, como é o caso do BRIC (Brasil, Rússia, Índia

e China), remete a uma reflexão sobre o que são países de primeiro e terceiro mundo e se os estudantes da pesquisa consideram que vivem em país de terceiro mundo. Contudo, a definição adotada nesse estudo sobre 1º e 3º mundo não se restringe a uma especificidade técnica mais ao conceito do senso comum das características que esses países possuem.

Outro dado que merece atenção diz respeito aos estudantes brasileiros atribuírem, como valores mais importantes para uma sociedade ideal de se viver, valores pós-materialistas, mesmo sabendo que o Brasil é um país onde não foram solucionados os problemas sociais, políticos e econômicos básicos. Em outras palavras, o Brasil ainda é classificado como um país em via de desenvolvimento, com isso, os valores materialistas são vastamente compartilhados, porém não anula a possibilidade de adesão a valores pós-materialistas, e nem por isso teria se reduzido a importância dos valores materialistas (Pereira & Camino, 1999). Isto significa que os estudantes podem considerar importantes tanto valores pós-materialistas, como materialistas, sem estarem entrando em contradição.

Segundo Billig (1985), é natural que se observe, na sociedade atual, tanto aspirações universalistas e globalizantes, como aspirações nacionalistas (setoriais) motivadas pela competitividade e meritocracia, típicas do capitalismo. Isto é, estão juntas na mesma sociedade tanto aspirações moralistas de liberdade, fraternidade e igualdade, como inquietações relativas à aplicação concreta da justiça no mundo.

Para Billig (1991), estas contradições resultam em um paradoxo, logo, quanto mais se critica o preconceito, mais são justificados os preconceitos oriundos do liberalismo, e a própria defesa das normas anti-racistas poderia

resultar na justificativa do próprio preconceito. Neste sentido, a realidade social pós-moderna ressalta “tanto a centralidade dos valores pós-materialista para o bom desenvolvimento da sociedade quanto, cada vez mais, subordina-se às leis do mercado globalizado, visando lucro e acúmulo econômico característicos do materialismo” (Pereira, Camino & Costa, 2005, p.23).

Este estudo também confirma resultados de pesquisas realizadas anteriormente (Lima, 1997; Lima & Camino, 1995; Pereira, Lima & Camino, 1997) que demonstram a importância e influência do conteúdo do sistema religioso na vida dos estudantes, pois, como foi visto, os estudantes atribuíram a si mesmos uma maior adesão aos valores do sistema religioso quando comparados com as demais populações (negro e branco).

Ademais, segundo Allport (1954), o contato interpessoal seria favorável à redução do preconceito, isto é, as amizades interpessoais, entre membros de diferentes grupos, possibilitariam uma conceituação mais positiva do exogrupo. Para este autor, não bastava apenas ter o contato, mas também compartilhar objetivos em comum. Sua teoria pode ser apoiada por este estudo, ao observarmos a relação preditiva entre a proximidade com pessoas de cor negra com a não expressão do preconceito, como também a proximidade com pessoas de cor branca como preditor direto do preconceito. Assim, as pessoas que são mais preconceituosas evidenciam uma maior rejeição ao considerar a possibilidade de proximidade social (Bastide, 1956; Bastide & van den Berghe, 1957; Sagiv & Schwartz, 1995; Gómez & Huici, 2006), e vale destacar a importância que adesão aos valores tem para influenciar a atitude da pessoa a manter contato com o exogrupo (Sagiv & Schwartz, 1995).

Por fim, as relações entre os sistemas de valores e os preconceitos

simbólicos e flagrantes corroboram outras pesquisas (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988), como também o resultado que demonstra que a partilha dos valores igualitários (valores de justiça social) estaria associada a uma redução do preconceito, corroborando com Swim et al. (1995) e Gómez e Huici (2006), que verificaram que o não apoio aos valores igualitários estaria associado ao preconceito racial, e cumprindo com o objetivo inicial do estudo, de que a adesão a valores materialistas estaria ligada a um maior nível de preconceito, e a adesão aos valores pós-materialistas, a um menor nível de preconceito. Os resultados encontrados estão coerentes com estudos anteriores e apóiam a importância de considerar os valores na compreensão da dinâmica do preconceito.

Ademais, a presença do gênero masculino como preditor da expressão do racismo corrobora uma pesquisa realizada sobre a temática área onde afirmam a existência de diferenças significativas em função do gênero das pessoas, onde os resultados apontaram que as mulheres demonstraram ser menos preconceituosas que os homens (Pires & Alonso, 2008).

Por fim, como já foi visto, houve um resultado contrário ao esperado, Inicialmente, se pressupôs que ao negro seriam atribuídos valores de terceiro mundo, e ao branco de primeiro mundo, porém os resultados apresentaram o inverso.

Pode-se afirmar que, *a priori*, seria um resultado contraditório, pois os valores que foram atribuídos aos negros como sendo de primeiro mundo (Ex.: Justiça Social – Sistema de Justiça Social), pode ser que sejam compreendidos pelos estudantes como sendo um valor de terceiro mundo. O mesmo com o branco, o que foi considerado pela pesquisa, segundo a Teoria de Inglehart,

como valor de terceiro mundo (Ex.: Riqueza – Sistema Materialista), pode ser considerado pelos universitários como sendo de primeiro mundo.

Então surge a questão: **o que realmente pensa os estudantes universitários acerca de quais são os valores de 1º e 3º mundo?** Pois o que parece, é que, no Brasil, ou a “pirâmide” da teoria de Inglehart é invertida, ou ela não pode ser apreendida no contexto brasileiro. Para responder este questionamento, foi realizado um segundo estudo.

CAPÍTULO 4

ESTUDO EMPIRICO II

4.1 OBJETIVO

Verificar quais os valores sociais que os estudantes universitários atribuem às pessoas de 1º e 3º mundo

4.2 MÉTODO

4.2.1 Participantes

Participaram do estudo 220 estudantes de uma Universidade Pública da cidade de João Pessoa-PB (75 homens e 145 mulheres), com idade média de 21 anos (DP= 3; min= 17 e máx= 34). Quanto ao curso, cerca de 29,5% eram estudantes de Psicologia, 21,8% de Ciências Contábeis, 20% de Economia, e os demais cursos foram Administração, Ciências Sociais e Serviços Social. Ademais, 74% não trabalham e 54,5% são católicos. (Tabela 23).

Tabela 23. Perfil Sócio demográfico dos participantes (Estudo Empírico 2)

Variáveis	Frequência	%
Gênero		
Masculino	75	34,0
Feminino	145	66,0
Curso		
Psicologia	65	29,5
Ciências Contábeis	48	21,8
Economia	44	20,0
Administração	26	11,8
Ciências Sociais	19	8,7
Serviço Social	18	8,2
Trabalha		
Sim	57	26,0
Não	163	74,0
Religião		
Católica	120	54,5
Evangélica	48	21,8
Não tenho	47	21,4
Espírita	4	1,8
Afro-Brasileira	1	0,5
Total	220	100

4.2.2 Instrumentos

O instrumento utilizado foi um questionário onde, inicialmente, foram apresentados os 24 valores do QVP-24, e, em metade dos questionários, foi solicitado ao estudante que indicasse três valores, em ordem de importância, que ele considerasse como valores de Primeiro Mundo e de Terceiro Mundo.

Para evitar vieses das respostas, as questões foram balanceadas, ou seja, na outra metade dos questionários, foram solicitados que indicassem, primeiramente, os valores que eles consideravam ser de Terceiro Mundo, e posteriormente, de Primeiro Mundo. Ao término, havia um questionário com perguntas sócio-demográficas (idade, sexo, curso, religião) (Apêndice H).

4.2.3 Procedimentos

Os questionários foram aplicados em sala de aula, e respondidos individualmente. Os estudantes foram informados sobre o objetivo do estudo, como também a respeito do sigilo das informações. O tempo médio de resposta foi de 10 minutos. Para tabular e processar os dados, foi utilizado o *software* “*Statistical Package for the Social Science – SPSS*” versão 16.0.

4.2.4 Resultados

Foi realizada a comparação de médias (*test-t*), a fim de conferir se existem diferenças entre os valores atribuídos a países de primeiro e terceiro mundo. Sendo assim, o valor considerado como 1º mais importante obtinha 3 pontos, o 2º mais importante, 2 pontos, e o 3º mais importante, 1 ponto. Em seguida, foram criadas novas variáveis em que a pontuação dos valores foi agrupada segundo os sistemas que eles estão inseridos. Exemplificando, se o respondente sugerisse a seguinte ordem 1º= Amor, 2º= Liberdade e 3º= Lucro, logo o sistema de valor Desenvolvimento Pessoal obteria 3 pontos, o de Justiça Social, 2 pontos, e o Materialismo, 1 ponto. Portanto, quanto maior a pontuação, maior é a valorização atribuída ao sistema de valores por parte dos universitários.

Pode-se observar que os estudantes atribuíram, aos países de 1º mundo, valores relacionados ao Desenvolvimento Individual ($t(219)= 4,47$; $p < 0,001$) e ao Materialismo ($t(219)= 11,1$; $p < 0,001$), enquanto que aos países de 3º mundo foram atribuídos valores relacionados à Justiça Social ($t(219)= 9,26$; $p < 0,001$), Desenvolvimento Profissional ($t(219)= 2,84$; $p < 0,001$), Hedonismo ($t(219)= 3,91$; $p < 0,001$) e Religiosidade ($t(219)= 7,26$; $p < 0,001$) (Tabela 24).

De fato, o índice dos valores Materialistas é considerado bastante importante para descrever o primeiro mundo, assim como os valores de Justiça Social para caracterizar o terceiro mundo. No segundo nível, encontram-se os valores de Desenvolvimento Pessoal, e Profissional, para indicar os países de 1º e 3º mundo, respectivamente. E por fim, o papel de menor importância dos valores hedônicos e religiosos atribuídos aos países de terceiro mundo.

Tabela 24. Comparação de médias das pontuações obtidas do grau de importância atribuído aos sistemas de valores pelos estudantes aos países de 1º e 3º mundo

Sistema de Valores	1º mundo	3º mundo	t	gl	sig
Justiça Social	0,32	1,66	9,26	219	,001
Desenvolvimento Pessoal	1,19	0,59	4,47	219	,001
Desenvolvimento Profissional	1,04	1,46	2,84	219	,005
Materialismo	3,18	1,05	11,1	219	,001
Hedonismo	0,18	0,59	3,91	219	,001
Religiosidade	0,10	0,73	7,26	219	,001

4.2.5 Discussão

O primeiro estudo empírico partiu da pressuposição que aos negros seriam atribuídos valores relacionados ao terceiro mundo, valores que foram considerados materialistas; e que aos brancos seriam atribuídos valores pós-materialistas, que foram considerados próprios de países de primeiro mundo.

Contudo, os resultados indicaram o contrário (Tabela 21), os sistemas atribuídos aos negros foram valores considerados de primeiro mundo (Justiça Social) e aos brancos valores considerados de terceiro mundo (Materialistas). Inglehart (1991) afirma que os cidadãos do primeiro mundo adeririam com maior intensidade aos valores pós-materialistas enquanto que os cidadãos do terceiro mundo adeririam aos valores materialistas. Mas Inglehart não analisa como os cidadãos dos diferentes níveis de desenvolvimento são percebidos por eles mesmos ou pelos outros. De fato, a hipótese do primeiro estudo tratava não como os valores realmente vividos, mas com a percepção de que se possui geralmente sobre os valores desses cidadãos. O segundo estudo dirigia-se a analisar os valores desde a perspectiva da percepção ou

representação destes.este sentido, observa-se o sistema de valor de ‘Desenvolvimento Pessoal’ foi considerado como típicos de países de 1º mundo, e os sistemas de valores religioso e hedônicos, de países de 3º mundo, corroborando a teoria de Inglehart. Contudo, os valores de ‘Justiça Social’ e de ‘Desenvolvimento Profissional’, classificados pela teoria de Inglehart como valores de países de 1º mundo, foram considerados pelos estudantes como valores próprios de países de 3º mundo. O mesmo movimento acontece com os valores materialistas, indicados por Inglehart como valores terceiro mundistas, e postos pelos participantes como valores primeiro mundistas (Tabela 25).

Tabela 25. Comparação dos pressupostos iniciais com os resultados obtidos

Cor de Pele	Estudo Empírico I		Países	Estudo Empírico II	
	Quais valores são atribuídos aos negros e brancos?			Quais valores são atribuídos aos países de 1º e 3º mundo	
	Pressuposto inicial	Resultados		Pressuposto inicial	Resultados
NEGRO	Materialismo 3º mundo	Pós-Materialismo 1º mundo	1º MUNDO	Pós-Materialismo	Materialismo
BRANCO	Pós-Materialismo 1º mundo	Materialismo 3º mundo	3º MUNDO	Materialismo	Pós-Materialismo

Em síntese, ao primeiro mundo estão relacionados valores ligados a aspirações de mobilidade social (materialismo e desenvolvimento pessoal), e ao terceiro mundo, de mudança social (justiça social e desenvolvimento profissional). O primeiro diz respeito ao mérito e conquistas pessoais, e o segundo se refere à mudança da sociedade em termos mais macros e societais, da esfera política e social.

Com estes resultados, pode se verificar que a aplicação feita da Teoria de Inglehart para o primeiro estudo foi mal interpretada. Neste sentido, mesmo havendo uma má interpretação da teoria de Inglehart, os resultados indicaram que o pressuposto inicial da pesquisa estava coerente, ao afirmar que seriam atribuídos aos negros valores de terceiro mundo, com a crença na mobilidade social e mudança social, pois percebem a população negra como sedenta de justiça e ao mesmo tempo precisando se esforçar para subir na vida; e aos brancos, valores de primeiro mundo, como o materialismo e o individualismo.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muitos obstáculos que as pesquisas empíricas enfrentam ao tentar mensurar o preconceito (Elias, Scotson, 2000; Goldberg, 1990) devido à dificuldade inerente por ser um construto social. Além disso, o estudo de valores permite deslizes, por exemplo, o que se consideram valores individualistas geralmente são ligados à meritocracia, contudo, na teoria utilizada neste estudo não é assim, o desenvolvimento pessoal está ligado a outros aspectos individuais, como o amor, a alegria, a auto-realização e o conforto.

Os resultados do primeiro estudo permitem afirmar que realmente são atribuídos diferentes valores aos grupos, e no caso dessa dissertação, aos negros e aos brancos. E que os estudantes aderem mais aos valores religiosos e de desenvolvimento pessoal e profissional, enquanto atribui aos brancos valores materialistas, e aos negros, de justiça social.

Com relação às variáveis que predizem o preconceito, pode-se observar a relação preditiva da adesão aos valores de Justiça Social e Religiosos com a não expressão do preconceito, e a adesão aos valores Hedônicos e Materialistas com a expressão do mesmo. Os índices encontrados nos cálculos das regressões são muito baixos, mas mesmo assim, não se pode descartar a afirmação de que a adesão a valores sociais tem relação com o comportamento discriminatório contra os negros.

Ademais, a proximidade com pessoas de cor branca, uma atitude favorável a países de primeiro mundo, implicou numa relação direta com a expressão do preconceito, por sua vez, o oposto acontecia com a proximidade com pessoas de cor negra.

Visto que os resultados do primeiro estudo apresentaram um efeito

inverso do esperado, surgiu o interesse de realizar um segundo. Assim, buscou-se verificar a real compreensão, por parte dos estudantes, de quais seriam os valores considerados próprios de países de primeiro e de terceiro mundo. Os resultados do segundo estudo indicaram que os pressupostos iniciais do primeiro estudo estavam corretos, porém devido a uma interpretação errônea na teoria de Inglehart, pareceu que os resultados do primeiro estudo fossem contraditórios, o que não é verdadeiro. Neste sentido, cabe uma reflexão da aplicação da teoria de Inglehart neste estudo, pois se utilizou a teoria sem passar, primeiramente, por uma compreensão do pensamento do estudante paraibano.

Por fim, estes estudos tiveram como amostra, estudantes universitários paraibanos, o que traz certa limitação referente à generalização dos resultados.

Esta dissertação contribui para que estudos futuros possam ser desenvolvidos na área de preconceitos racial e valores humanos, pois, como se pode observar, são duas áreas temáticas que estão diretamente relacionadas com as atitudes e comportamentos dos indivíduos, que utilizam repertórios representacionais (sistemas de valores) para justificar suas ações preconceituosas sem se dar conta disso. De fato, atribuir valores às pessoas é uma forma de categorizar, logo, de diferenciar, ou seja, de agir de maneira preconceituosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrams, D. & Hogg, M. (1990). **Social identity theory: Constructive and critical advanced**. New York: Harvester-Wheatsheaf.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. & Sanford, R. N. (1950). **The authoritarian personality**, New York: Harper & Row.
- Allport, G. (1954). **The nature of prejudice**. Cambridge: Addison-Wesley.
- Andrews, G. R. (1998). **Negros e Brancos em São Paulo: 1888 - 1988**. Bauru, S. P., Edusp.
- Andrews, G. (1991). O protesto político negro em São Paulo (1888-1988), **Estudos Afro- Asiáticos**, n. 21, Rio de Janeiro, p. 32.
- Araújo, J. Z. A. (2000). **A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo, Editora SENAC-São Paulo.
- Aronson, E., Wilson, T. D., & Akert, R. M. (2002). **Psicologia social** (3ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: LTC Editora.
- Augoustinos, M., & Walker I. (1995). **Social cognition: An intergrated introduction**. London: Sage.
- Azevedo, T. (1975). **Democracia racial**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes.
- Bandeira, L. & Batista (2002) Preconceito e discriminação como expressões de violência. **Rev. Estud. Fem.** v.10 n.1 Florianópolis jan.
- Bart-Tal,D. (1990). **Group beliefs**, New York: Springer-Verlag
- Bastide, R. (1956). Stereotypes et prejuge de couleur. **Sociologia: Revista Didática e Científica da Escola Livre de Sociologia e Política**, 18(2), 141-171

- Bastide, R., & Fernandes, F. (1959). **Branços e negros em São Paulo: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana**: Vol. 305. Brasileira. São Paulo, SP: Nacional
- Bastide, R., & van den Berghe, P. (1957). Stereotypes, norms, and interracial behavior in São Paulo, Brasil. **American Sociological Review**, 22, 689-694.
- Bauman, Z. (1998). **Globalização: As conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bean, C., & Papadakis, E. (1994). Polarized priorities or flexible alternatives? Dimensionality in Inglehart's materialism posmaterialism scale. **International Journal of Public Opinion Research**, 6, 264-297.
- Beattie, J. (1980). **Introdução à antropologia social**. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Beeman, W. & Frank, I. (1998). **New dynamic in the global economy**. New York: Committee for Economic Development.
- Berger, P. L., & Luckmann, T. (1973). **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Biernat, M., Vescio, T. K., Theno, S. A. & Crandall, C. S. (1996). Values and prejudice: Toward understanding the impact of American values on outgroup attitudes. Em C. Seligman, J. M. Olson & M. P. Zanna (Orgs.), **The psychology of values: The Ontario Symposium** (pp. 153-189). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Billig M. (1985), Prejudice, categorization and particularization: from a perceptual to a Rethorical approach. **European Journal of Social Psychology**, 15, 79-103.

- Billig M. (1991). **Ideology and opinions: Studies in rethorical psychology**. London: Sage.
- Billig, M. (1987). **Arguing and thinking: a rhetorical approach to social psychology**. New York: University Press.
- Billig, M. (1993). Racismo, prejuicios y discriminación. Em S. Moscovici (Org.), **Psicologia social: Influencia y cambio de atitudes, individuos y grupos** (pp. 575-600). Barcelona: Paidós.
- Bourdieu, P. (1979) **La Distinction. Critique sociale du jugement**. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Bowser, B. P. (1995). **Racism and Anti-racism in World Perspective**. California, Sage. Introduction: ix –xxix.
- Braithwaite, V., Makkai, T., & Pittelkow, Y. (1996). Inglehart's materialism-postmaterialism concept: Clarifying the dimensionality debate through Rokeach's model of social values. **Journal of Applied Social Psychology**, 26, 1536-1555.
- Brechin, S. R., & Kempton, W. (1994). Global environmentalism: A challenge to the postmaterialism thesis? **Social Science Quarterly**, 75, 245-269.
- Brewer, M. B. (1979). Ingroup bias in the minimal intergroup situation: A cognitivemotivational analysis. **Psychological Bulletin**, 86, 307-324.
- Brown, R. (1995). **Prejudice: its social psychology**. Oxford: Blackwell Publishers.
- Brower, B. P. (1995). Introduction: The global community, racism and anti-racism. Em B. P. Brower (Org.), **Racism and anti-racism in world perspective** (1-10) London: Sage.

- Byrne, D., & Wong, T. (1962). Racial Prejudice, interpersonal attraction, and assumed dissimilarity of attitudes. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, 65, 246-253
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. **Psicologia e Sociedade**, 8, 16-42.
- Camino, L. (1998). Direitos humanos e psicologia. Em Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (Org.), **Psicologia, ética e direitos humanos** (39-63). Brasília: CFP.
- Camino L., & Pereira C. (2000). O papel de Psicologia na construção dos Direitos Humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação ao homossexualismo. **Revista Perfil**. Vol. 13, n. 13, 49-69.
- Camino, L., & Ismael, E. (2004) . A Psicologia Social e seu papel ambíguo no estudo da violência e dos processos de exclusão social. Em L. de Souza & Z. Araújo (Orgs..) **Violência e Práticas de exclusão**. Casa do Psicólogo. 43-56.
- Camino, L., Da Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. **Revista de Psicologia Política**, 1, 13-36.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., Mendoza, R. (2007). El Prejuicio Racial en Brasil: Sus Formas encubiertas de Expresión. Em: J. Gissi., & D. Siblopú. (Orgs.) **Nuevos asedios a la psique latino-americana**. Santiago, Ediciones Universidad Católica del Chile
- Camino, L.; da Silva, P. e Machado, A. (2004). As novas formas de expressão do preconceito racial no Brasil: Estudos exploratórios. Em: M E. O. Lima e M. E. Pereira (Org.) **Estereótipos, Preconceitos e Discriminação: Perspectivas Teóricas e Metodológicas**. Salvador, EDUFBA. Cap. 5, 121-140.

- Camino, L.; da Silva, P.; Machado, A., & Martinez, I. (2000). Aspiraciones primero-mundistas de estudiantes brasileños y las nuevas formas de racismo. Comunicação apresentada no “**1º Congresso Hispano-Portugués**”, 21-23 de Setembro. Santiago de Compostela, Espanha.
- Chin, M.G., & McClintock, C.G. (1993). The effects of intergroup discrimination and social values on level of self-esteem in the minimal group paradigm. **European Journal of Social Psychology**, 23,63-75.
- Costa, J. B. (2000). **Visões sociais de democracia: Um estudo psicossociológico dos significados da democracia**. Tese de Doutorado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- Cronbach, L. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. **Psychometrika**, 16, 297-334.
- Deschamps, J. C. (1982). Social identity and relations of power between groups. Em H. Tajfel (Org.), **Social identity and intergroup relations** (85-98). Cambridge: Cambridge University.
- Deschamps, J. C., & Devos, T. (1993). **Valeurs, cultures et changement**. **Intercultures**, 1, 17-28.
- Devine, P. (1995). Prejudice and outgroup perception. Em A. Tesser (Org.), **Advanced social psychology** (317-344). New York: McGraw-Hill.
- Dijker, A. J. M. (1987). Emotional reactions to ethnic minorities. **European Journal of Social Psychology**, 17, 305-325.
- Doise, W. (1976). **L'articulation psychosociologique et les relations entre groupes**. Bruxelles: De Boeck.
- Doise, W. (1982). **L'explication en psychologie sociale**. Paris: PUF.

- Dollard, J., Doob, L., Miller, N., Mowrer, O., & Sears, R. (1939). **Frustration and Aggression**. New Haven, CT, Yale University Press.
- Domingues, P. (2006). Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos, **Tempo**, v 12, n 23, 100-122,
- Dorai, M., & Deschamps, J. C. (1990). Adresse-t-on les mêmes stereotypes aux enfants et aux adultes de même groupe ethnique? **Revue Internationale de Psychologie Sociale**, 3, 575-590.
- Dose, J. J. (1997). Work values: an integrative framework and illustrative application to organizational socialization. **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, 70, 219-240.
- Dovidio, J. F., Mann, J. A., & Gaertner, S. L. (1989). Resistance to affirmative action: The implications of aversive racism. Em F. A. Blanchard & F. J. Crosby (Orgs.), **Affirmative action in perspective** (pp. 83-102). New York: Springer-Verlag.
- Duckitt, J. (1992). A historical analysis and integrative framework. **American Psychologist**, 47, 1182-1193.
- Elias, N., & Scotson, J. (2000). **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro, Zahar.
- Feather, N. T. (1985). Attitudes, values and attributions. Explanation of unemployment, **Journal of Personality and Social Psychology**, 48, 876-889.
- Fernandes, F. (1972). **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo, Difel.
- Fernandes, S., Costa, J. B, Camino, L., & Mendoza, R. (2006). Orientação à dominância social: Estudo empírico sobre o preconceito em uma amostra de estudantes universitários do curso de psicologia da cidade de João Pessoa. **Cadernos de Psicologia – UFS**, 3, 135-149.

- Fernandes, S., Da Costa, J., Camino, L., & Mendoza, R. (2007) Valores Psicossociais e Orientação à Dominância Social: Um Estudo Acerca do Preconceito. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 20(3), 490-498.
- Fiske, S., & Taylor, S. (1991). **Social cognition**. New York: McGraw-Hill.
- Flanagan, S. C. (1987). Value change in industrial societies. **American Political Science Review**, 81, 1303-1319.
- França, D., & Monteiro, M. B. (2004). As novas expressões de racismo na infância. In M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.), **Estereótipos, preconceitos e discriminação**. Salvador, BA: Editora Universidade Federal da Bahia.
- Freyre, G. (1933). **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regimen da economia patriarcal**. Rio de Janeiro, Maia & Schmidt.
- Gaertner, S. L., & McLaughlin, J. P. (1983). Racial stereotypes: Associations e ascriptions of positive and negative characteristic. **Social Psychology Quarterly**, 46, 23-30.
- Gaertner, S.L., & Dovidio, J.F. (1986). The aversive form of racism, Em J.F. Dovidio e S.L. Gaertner (Orgs.), **Prejudice, Discrimination, and Racism**, Nova York, Academic Press, 61-89.
- Giddens, A. (1996). **Para além da esquerda e da direita**. S. Paulo: UNESP
- Goldberg, D. T. (1990). **The anatomy of racism**. Minneapolis, University of Minnesota Press.
- Gómez, A., & Huici, C. (2006). Valores e redução do preconceito Em M. Ros, V.Gouveia (Orgs.). **Psicologia Social dos valores humanos**. Avanços teóricos, metodológicos e aplicados. São Paulo, Editora Senac.

- Gouveia, V., Martínez, E., Meira, M., & Milfont, T. L. (2001). A estrutura e o conteúdo universais dos valores humanos: Análise fatorial confirmatória da tipologia de Schwartz. **Estudos de Psicologia**, 6, 133-142.
- Gouveia, V., Souza Filho, M., Araújo, A., Guerra, V., Sousa, D. (2006). Correlatos Valorativos das Motivações para Responder sem Preconceito. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 19 (3), 422-432.
- Guimarães, A. (2004). Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 2004, v.47, nº 1, 9-43.
- Guimarães, A. S. (1999). **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34 Ltda.
- Haddock, G., Zanna, M.P., & Esses, V.M. (1994). The (limited) role of traitladen stereotypes in predicting attitudes toward native people, in **British Journal of Social Psychology**, 36, 173-190.
- Hall, S. (2000). The multi-cultural question. Em B. Hesse (Org.) **Un/settled Multiculturalisms**. London: Zed Books.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attributional analysis of stereotyping Em L. Berkowitz (Org.), **Advances in experimental social psychology** (Vol. 12, 53-84). New York: Academic Press.
- Hasenbalg, C. (2005). **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Haslam, S. A., & Turner, J. C. (1992). Context-dependent variation in social stereotyping: The relationship between frame of reference, self-categorization and accentuation. **European Journal of Social Psychology**, 22, 251–278.

- Haslam, S. A. (1997). Stereotyping and social influence: Foundations of stereotype consensus. Em R. Spears, P. J. Oakes, N. Ellemers & S. A. Haslam (Orgs.), **Social identity theory: Constructive and critical advances** (119-143). New York: Harvester.
- Henriques, R. (2001). “**Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições na década de 90**”. Texto para discussão 807, Brasília, IPEA.
- Hewstone, M. (1990). The ultimate attribution error? A review of the literature on intergroup causal attribution. **European Journal of Social Psychology**, 20, 311-335.
- Hovland, C. I., & Sears, R. (1940). Minor Studies of Aggression: Correlation of Lynchings with Economic Indices. **Journal of Psychology**, 9, 301-310.
- Ianni, O. (2004). **Raças e classes sociais no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2009) **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm> . Acesso em 27 nov 2009.
- Inglehart, R. (1977). **The silent revolution**. Princeton, NJ: Princeton University.
- Inglehart, R. (1991). **El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas**. Madrid, España: Siglo XXI.
- Inglehart, R. (1994). Modernización y post-modernización: La cambiante relación entre el desarrollo económico, cambio cultural y político. Em J. D. Nicolás, & R. Inglehart (Orgs.), **Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos** (157-170). Madrid: Fundesco

- Jones, J. (1973). **Racismo e preconceito**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.
- Katz, D., & Braly, K. (1958). Verbal stereotypes and racial prejudice. In E. E. Maccoby, T. M. Newcomb & E. Hartley (Orgs.), **Readings in social psychology** (40-46). New York: Holt, Reinehart & Winston.
- Katz, I., & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. **Journal of Personality and Social Psychology**, 55, 893-905.
- Katz, I., Wackenhut, J., & Hass, R.G. (1986). Racial ambivalence, value duality, and behavior. Em J.F. Dovidio e S.L. Gaertner (Orgs.) **Prejudice, Discrimination, and Racism**, New York, Academic Press.
- Kelman, H. C. (1961). Processes of opinion change. **Public Opinion Quarterly**, 25, 57- 78.
- Kinder, D. R., & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to good life. **Journal of Personality and Social Psychology**, 40, 414-431.
- Kristiansen, C.M., & Hotte, A.M. (1996) Morality and the self: Implications for the when and how of value-attitude-behavior relations, in C. Seligman, J.M.Olson, and M.P.Zanna (Orgs). **The psychology of values: The Ontario Symposium**, vol.8, Mahwah, N.J.,Lawrence Erlbaum Associates, 77-105.
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 15, 165-178.
- Lepore, L., & Brown, R. (1997). Category and stereotype activation: Is prejudice inevitable? **Journal of Personality and Social Psychology**, 72, 275- 287.

- Leyens, J. P., Paladino, P. M., Rodriguez-Torres, R., Vaes, J., Demoulin, S., Rodriguez-Peres, A., & Gaunt, R. (2000). The emotional side of prejudice: The attribution of secondary emotions to ingroup and outgroups. **Personality and Social Psychology Review**, 4, 186-198.
- Lima, M. E. (1997). **Valores, participação política, atitudes face a democracia e ao autoritarismo: uma análise da socialização política dos universitários da Paraíba**. Dissertação de mestrado não-publicada, Mestrado em Psicologia, UFPB, João Pessoa.
- Lima, M. E. O. (2002). **Normas sociais e racismo: Efeitos do individualismo meritocrático e do igualitarismo na infra-humanização dos negros**. Tese de Doutorado não-publicada, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa, Portugal.
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. **Estudos de Psicologia** (Natal), 9(3).
- Lima, M. E., & Camino, L. (1995). A Política na vida de estudantes universitários: Uma análise em termos de espaço político e de valores. Em M. J. L. Silva (Org.), **Iniciados** (11-35). João Pessoa: Editora Universitária.
- Lima Nunes, A. V. (2009) **Inserção Social, Racismo e Desenvolvimento dos Discursos sobre Justiça Interracial** Dissertação de mestrado não-publicada, Mestrado em Psicologia, UFPB, João Pessoa.
- Lima Nunes, A., Lins, S., Camino, L., & Torres, A. (2010) Social Insertion and Racial Prejudice: distance from black people and socio-political variables. **Portuguese Journal of Social Sciences – PJSS** (no prelo).
- Lorenzi-Cioldi, F., & Doise, W. (1990). Levels of Analysis and Social Identity. Em D. Abrams & M. A. Hogg (Orgs.), **Social Identity Theory: Constructive and critical advances**. London: Harvester Wheatsheaf.

- Maggie, Y. (1996). Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira. .225-234. Em M. Maio e R. Santos. (Orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB.
- Maggie, Y., & Gonçalves, M. A. (1995). Pessoas fora do lugar: A produção da diferença no Brasil. In M. A. Gonçalves & G. Villas Boas (Orgs.), **O Brasil na virada do século**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará.
- Maio, G. R., & Olson, J. M. (1998). Values as truisms: Evidence and implications. **Journal of Personality and Social Psychology**, 74, 294 - 311.
- Martínez, M. C. (1996). **Análisis psicosocial del prejuicio**. Madri: Síntesis
- Martinez, I., & Camino, L. (2000). Brasil es Racista, Brasil no es Racista: El discurso social como determinante de las diferencias percibidas entre blancos, negros y morenos. Comunicação apresentada no **VII Congresso de Psicologia Social da Espanha**. 26-29 de Setembro. Oviedo, Espanha.
- Martinez, M., Bleda, C., & Gouveia, V. (2006). Relevancia del modelo dual de valores en relación con el prejuicio y la intención de contacto hacia exogrupos. **Anales de psicología**. Vol.22, n2, 243-250.
- Maslow, A. K. (1954). **Motivation and personality**. New York: Harper e Row.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence and the modern racism scale. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs), **Prejudice, discrimination and racism** (pp. 91-126). New York: Academic Press.
- Meertens, R., & Pettigrew, T. (1999). Será o racismo subtil mesmo racismo? Em J. Vala (Org.) **Novos Racismos: Perspectivas Comparativas**. Oieras, Celta Editora. 11-29.

- Moe, J., Nacoste, R., & Insko, Ch. (1981). Belief versus race as determinants of discrimination. A study of southern adolescent in 1966 and 1979. **Journal of Personality and Social Psychology**, 41, 1031-1050.
- Moscovici, S. (1985). Social influence and conformity. Em G. Lindzey e E. Aronson (Orgs.) **The Handbook of Social Psychology**. New York, Random House.
- Munanga, K. (2008). **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil, identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica.
- Nunnally, J. C. (1978). **Psychometric Theory**. New York: McGraw-Hill
- Nogueira, O. (1942). "Atitude desfavorável de alguns anunciantes de São Paulo em relação aos empregados de cor". **Sociologia. Revista Didática e Científica. Escola Livre de Sociologia e Política**, vol. 4,n.4, 328-358
- Nogueira, O. (2006). Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem, sugestão de um quadra de referencia para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil, **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.19, n.1, 287-308.
- Oakes, P. J., Haslem, S. A., & Turner, J. C. (1994). **Stereotyping and social reality**. Oxford: Blackwell.
- Oliveira, C., & Barreto, P. (2003) Percepção do racismo no Rio de Janeiro. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 2, 183-213.
- Pereira, C. (2000) **Princípios organizadores do envolvimento nos direitos humanos: análise dos sistemas de valores de universitários paraibanos**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba Brasil

- Pereira, C., & Camino, L. (1999). Proposta de um modelo psicossociológico para o estudo das atitudes políticas de estudantes universitários. Em M. F. V. Souza (Org.), **Iniciados** (427 - 440), João Pessoa: Editora Universitária.
- Pereira, C., Camino, L., & Costa J. B. (2004). Análise Fatorial Confirmatória do Questionário de Valores Psicossociais – QVP24. **Estudos de Psicologia**, 9 (3), 505-512
- Pereira, C., Camino, L., & Costa, J. B. (2005). Um estudo sobre a integração dos níveis de análise dos sistemas de valores. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 18(1), 16-25
- Pereira, C., Camino, L., Da Costa, J., Lima, M. E., Lhullier, L., & Sandoval, S. (2001). Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários do Sul do Brasil. **Estudos**, 28, 639– 671.
- Pereira, C., Lima, M. E., & Camino, L. (1997). A prática política: uma análise psicossociológica em termos de valores e inserção social. Em M. J. L. Silva (Org.), **Iniciados** (199-235). João Pessoa: Editora Universitária.
- Pereira, C., Lima, M. E., & Camino, L. (2001a). Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários de João Pessoa. **Psicologia: Reflexão & Crítica**, 14(1), 167-190.
- Pereira, C., Lima, M. E., & Camino, L. (2001b). Sistemas de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários da região sul. **Estudos**, 28(4), 639-672.
- Pereira, C., Torres, A. R. R., & Barros, T. S. (2004). Sistema de valores e atitudes democráticas de estudantes universitários. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 20(1).
- Pereira, C., Torres, A., & Almeida, S. (2003). Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Análise da Influência de um Discurso Justificador da Discriminação no Preconceito Racial. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 16(1), 95-107

- Perez, J. A. (1996). Nuevas formas de racismo. Em J.F. Morales & S Yubero (Orgs.) **Del prejuicio al racismo: perspectivas psicosociales**, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla-la-Mancha
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. **European Journal of Social Psychology**, 25, 203-226.
- Pires, A., & Alonso, F. (2008). El Prejuicio em Brasil: Nuevas medidas y perspectivas, **Psicologia & Sociedade**; 20 (2): 267-276.
- Plant, E. A., & Devine, P. G. (1998). Internal and external motivation to respond without prejudice. **Journal of Personality and Social Psychology**, 75, 811-832.
- Platow, M.J., McClintock, D.G., & Liebrand, W.B. (1990). Predicting intergroup fairness and ingroup bias in the minimal group paradigm: An evaluation of three alternative paradigms. **European Journal of Social Psychology**, 20, 221-239
- Ramos, A. (1937). **As culturas negras no Novo Mundo**. Rio de Janeiro, Casa do estudante do Brasil.
- Rivera, G. A. (2009). **As novas formas de racismo e os valores sociais**. Dissertação de mestrado, Mestrado em Psicologia, UFPB, João Pessoa.
- Rodrigues, R. N. (1933/1945). **Os africanos no Brasil**. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- Rodriguez-Bailón, R., & Moya, M. (2003). La diferencia percebida en valores como proceso vinculado a las relaciones grupales de payos e gitanos. **Psicothema**, 15, 176-182.
- Rokeach, M. (1968). **Beliefs, attitudes and values: A theory of organization and change**. San Francisco: Jossey-Bass.

- Rokeach, M. (1960). **The open and close mind**, New York, Basic Books,
- Rokeach, M. (1973). **The nature of human values**. New York: Free Press.
- Rokeach, M. (1979a). Introduction. Em M. Rokeach (Org.), **Understanding human values: Individual and societal** (1-11). New York: Free Press.
- Rokeach, M. (1979b). The two-value model of political ideology and British politics. Em M. Rokeach (Org.), **Understanding human values: Individual and societal** (pp. 192-196). New York: Free Press.
- Rokeach, M., & Rothman, G. (1965). The principle of belief congruence and the congruity principle as models of cognitive interaction. **Psychological Review**, 72, 128-142
- Rolnik, R. (2007). Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro, 75-90. Em R. dos Santos. (Org.) **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais, o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica
- Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings. Distortions in the attribution process. Em L. Berkowitz.(Org.), **Advances in experimental social psychology** (Vol. 10, 174-221). New York: Academic Press.
- Sagiv, L., & Schwartz, S. (1995). Value priorities and readiness for out-group social contact. **Journal of Personality and Social Psychology**, 69, 437-448.
- Santos, R. (2007). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais, o negro na geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica
- Schaller, M. (1991). Social categorization and the formation of group stereotypes: Further evidence for biased information processing in the perception of group-behavior correlations. **European Journal of Social Psychology**, 21, 25-35.

- Schwarcz, L. (1996). Questão racial no Brasil. Em L. M. Schwarc, L., & Reis, L. (Orgs.), **Negras imagens**. São Paulo, EDUSP, 153-177.
- Schwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: Theoretical advanced and empirical testes in 20 countries. Em M. Zanna (Org.), **Advances in experimental social psychology**: vol. 25 (1-65). Orlando, FL: Academic Press.
- Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? **Journal of Social Issues**, 50, 19-45.
- Schwartz, S. H. (1996). Value priorities and behavior: Applying a theory of integrated value systems. Em C. Seligman, J. M. Olson & M. P. Zanna (Orgs.), **The psychology of values**: Vol. 8. The Ontario Symposium (pp. 1-24). Mahwah, NJ: LEA.
- Schwartz, S.H., & Bilsky, W (1987). Toward a universal psychological structure of human values. **Journal of Personality and Social Psychology**, 53. 550-562
- Schwartz, S.H., Struch, N., & Bilsky, W (1990). Values and intergroup social motives: A study of Israel and German students. **Social Psychology Quarterly**, 53(3), 185-198.
- Seligman, C., & Katz, A. (1996). The dynamics of value systems. Em C. Seligman, J. M. Olson, & M. P. Zanna (Orgs.), **The psychology of values: The Ontario Symposium** (vol. 8, 53-75). Mahwah, NJ: LEA Publishers.
- Sherif, M. (1966). **In common predicament: Social psychology of intergroup conflict and cooperation**. Boston: Houghton Mifflin.
- Silva, M. J. (1995). **Racismo à Brasileira: Raízes históricas**. São Paulo, Editora Anita Garibaldi, 3ª edição.

- Silva, M. (2007). **Educação, etnicidade e preconceito no Brasil**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC
- Silva, N. (2000). Extensão e natureza das desigualdades raciais no Brasil. Em A. S. A. Guimarães & L. Huntley (Orgs.), **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 33-51.
- Smith, E. R. (1993). Social identity and social emotions: Toward new conceptions of prejudice. Em D. M. Mackie & D. L. Hamilton (Orgs.), **Affect, cognition and stereotyping: Interactive processes in group perception** (pp. 297-315). San Diego: Academic Press.
- Staub.E. (1989). Individual and societal (group) values in a motivational perspective and their role in benevolence and harming. Em N. Eisenberg, J. Reykowski e E. Staub (Orgs.). **Social and moral values. Individual and societal perspectives**. Hillsdale: Erlbaum
- Swim, J.K, Aikin, J.J., Hall, W.S., & Hunter, B.A. (1995). Sexism and racism, old fashioned and modern prejudices, **Journal of Personality and Social Psychology**, 68, 199-214.
- Tajfel, H. (1981). **Human groups and social categories**. New York: Cambridge University.
- Todorov, T. (1989). **Nous et les autres. La réflexion française sur la diversité humaine**. Paris: Seuil.
- Torres, A. (1992). **Uma análise psicossocial da identificação partidária: O caso dos estudantes da UFPB nas eleições de 1988, 1989 e 1990. Dissertação de Mestrado**. Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba Brasil

- Torres, A R. R. (1996). **Exploring group diversity: Relationships between ingroup identification and ingroup bias**. Tese de Doutorado não-publicada, University of Kent at Canterbury, Reino Unido
- Towner, R.K., Kelly, C., & Richards, A. (1997). Individualism, collectivism and reward allocation: A cross-cultural study in Russian and Britain, **British Journal of Social Psychology**, 36, 331-345.
- Vala, J. (1994). La emergencia de los valores post-materialistas en Portugal. Em J. D. Nicolás, & R. Inglehart (Orgs.), **Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos** (157-170). Madrid: Fundesco.
- Vala, J. (1999). **Novos Racismos: Perspectivas Comparativas**. Oieras, Celta Editora.
- Vala, J., Brito.R., & Lopes., D. (1999). **Expressões dos racismos em Portugal, perspectivas psicológicas**. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais de Lisboa.
- Vandello, J.A., & Cohen, D. (1999) Patterns of individualism and collectivism across the United States, **Journal of Personality and Social Psychology**, 77, 279-192.
- Van Dijk, T. (1988). Social cognition, social power and social discourse. **Text**, 8, 129-157.
- Vasconcelos, T., Gouveia, V., Souza Filho, M., Sousa, D., & Jesus, G. (2004) **Preconceito e intenção em manter contato social: evidências acerca dos valores humanos**. Psico-USF, v.9, n.2, 147-154.
- Venturi, G., & Paulino, M. F. (1995). Pesquisando preconceito racial. Em C. Turra e G. Venturi, (Orgs.). **Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil**. Editora Ática. São Paulo, 83-95.

- Vera, J., & Martínez, M. (1994). Preferencia de valores en relación con los prejuicios hacia exgrupos. **Anales de Psicología**, 10(1), 29-40.
- Viana, J. O. (1932/1959). **Raça e Assimilação**. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Wachelke, J., Andrade, A., Cruz, R., Faggiani, R., & Natividade, J. (2004). Medida da satisfação em relacionamento de casal. **Psico-USF**, v. 9, n. 1, 11-18.
- Wetherell, M. (1996). **Identities Groups and Social Issues**. The Open University of California, EUA.
- Williams, R. M. (1979). Change and stability in values and value systems: A sociological perspective. Em M. Rokeach (Org.), **Understanding human values: Individual and societal** (15-46). New York: Free Press.
- Yzerbyt, V., Rocher, S., & Schadron, G. (1997). Stereotypes as explanations: A subjective essentialistic view of group perception. Em R. Spears, P. Oakes, N. Ellemers & S. Haslam (Orgs.), **The social psychology of stereotyping and group life** (20-50). Oxford: Blackwell.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Questionário sócio-demográfico

As relações raciais no Brasil constituem hoje um problema bastante atual. Acreditamos que a Universidade constitui um espaço importante para debatê-lo. Com este questionário gostaríamos de conhecer sua opinião sobre o tema. Leia atentamente e responda a todas as perguntas. Obrigado!

Idade: _____

Curso: _____ Período: _____

Gênero: () Feminino () Masculino

Trabalha: () Não () Sim

Religião: () Católica () Evangélica

() Espírita () Afro-Brasileira () Nenhuma

Com qual tipo de população você se identifica?

() População de cor de pele Branca

() População de cor de pele Morena

() População de cor de pele Negra

APÊNDICE B: Questionário de valores psicossociais – QVP-24

1. Na lista abaixo, **VOCÊ** encontrará uma lista contendo um conjunto de valores sociais aos quais **VOCÊ** deverá atribuir uma nota variando de 1 (um) a 5 (cinco), considerando o grau de importância de cada um dos valores *para a construção de uma sociedade ideal para se viver*. Quanto menor for a nota, menor será a importância do valor e, quanto maior for a nota, maior será a importância do valor.

	<u>Nota</u>		<u>Nota</u>
Alegria	[]	Amor	[]
Auto-realização	[]	Autoridade.....	[]
Competência	[]	Conforto.....	[]
Dedicação	[]	Fraternidade	[]
Igualdade	[]	Justiça Social	[]
Liberdade	[]	Lucro	[]
Prazer	[]	Realização Profissional	[]
Religiosidade	[]	Responsabilidade	[]
Riqueza	[]	Salvação da Alma	[]
Sensualidade	[]	Sexualidade	[]
Status	[]	Temor a Deus	[]
Uma Vida Excitante	[]	Obediência às leis de Deus	[]

Dos valores acima, quais os três valores mais importantes **para a sua vida**?

1°. _____

2°. _____

3°. _____

APÊNDICE C: Questões relativas a população de cor negra e branca

Dos valores acima, quais os três valores que os **negros brasileiros** consideram mais importantes para **a vida deles**?

1°. _____

2°. _____

3°. _____

Dos valores acima, quais os três valores que os **brancos brasileiros** consideram mais importantes para **a vida deles**?

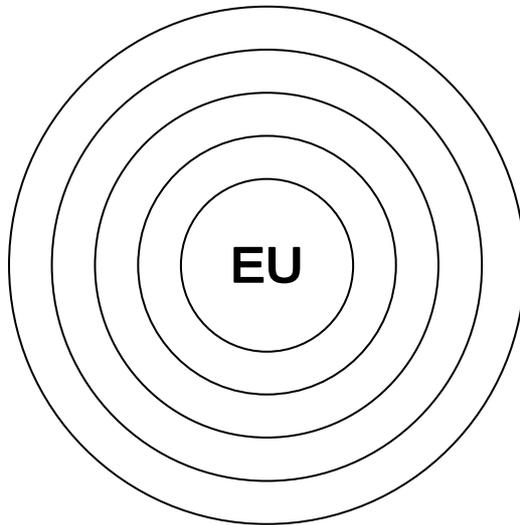
1°. _____

2°. _____

3°. _____

APÊNDICE D: Escala de distância percebida

2. Escreva nos círculos abaixo as siglas de cada um dos grupos raciais: *negro (Ng)*, *branco (Br)* e *moreno (Mo)*; indicando quão próximos ou distantes, você os **percebe** de si mesmo (EU).



APÊNDICE E: Escala de Rejeição de políticas afirmativas (preconceito simbólico)

3. Indique seu grau de concordância com as seguintes afirmações sobre **minorias raciais** (negros, índios, etc.):

	Discordo totalmente	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
01 – Recebem mais do que merecem	1	2	3	4	5
02 – Recebem demasiado respeito e consideração	1	2	3	4	5
03 – Exigem muitos direitos	1	2	3	4	5
04 – Possuem demasiada influência política	1	2	3	4	5
05 – Não são discriminadas no Brasil	1	2	3	4	5
06 – Estão melhor agora do que nunca	1	2	3	4	5
07 – Não necessitam de ajuda oficial, mas de se organizarem melhor	1	2	3	4	5
08 – Devem superar o preconceito sem apoio, como outros grupos o fizeram	1	2	3	4	5

APÊNDICE F: Escala de rejeição da intimidade (preconceito flagrante)

4. Responda o quanto você se sente ou se **sentiria constrangido** nas seguintes situações:

	Incomoda muito	Incomoda	Incomoda Moderadamente	Incomoda Pouco	Não incomoda
01 – Ter uma pessoa competente de cor negra como seu chefe	1	2	3	4	5
02 – Ter pessoas de cor negra como seus colegas de trabalho	1	2	3	4	5
03 – Ter amigos(as) que sejam negros	1	2	3	4	5
04 – Ver um branco namorando uma negra	1	2	3	4	5
05 – Adotar uma criança negra	1	2	3	4	5
06 – Ter parentes por aliança de cor negra	1	2	3	4	5
07 – Participar de festas de pessoas de cor negra	1	2	3	4	5
08 – Ter um neto(a) mulato(a)	1	2	3	4	5
09 – Ver um negro namorando uma branca	1	2	3	4	5

APÊNDICE G: Escala de atitude favorável ao 1º e 3º mundo

5. Indique sua atitude frente aos países de *primeiro e terceiro* mundo:

	Nada	Pouco	Moderado	Muito
01 – Grau de identificação com países do primeiro mundo	1	2	3	4
02 – Grau de identificação com países do terceiro mundo	1	2	3	4
03 – Grau de admiração com países do primeiro mundo	1	2	3	4
04 – Grau de admiração com países do terceiro mundo	1	2	3	4
05 – Grau de desejo de morar em países do primeiro mundo	1	2	3	4
06 – Grau de desejo de morar em países do terceiro mundo	1	2	3	4

APÊNDICE H: Questionário – Estudo Empírico 2



Universidade Federal da Paraíba
Programa de Pós Graduação em Psicologia Social
Grupo de Pesquisa em Comportamento Político - GPC



Caro Estudante,

Gostaríamos que você respondesse a seguinte questão:

Em ordem de importância, qual dos valores abaixo **VOCÊ** considera que pessoas de **1º MUNDO** e de **3º MUNDO** valorizam?

Alegria	Riqueza	Justiça Social
Auto-Realização	Sensualidade	Lucro
Competência	Status	Realização Profissional
Dedicação	Uma Vida Excitante	Responsabilidade
Igualdade	Amor	Salvação da Alma
Liberdade	Autoridade	Sexualidade
Prazer	Conforto	Temor a Deus
Religiosidade	Fraternidade	Obediência às leis de Deus

Pessoas de 3º MUNDO valorizam:

1º _____

2º _____

3º _____

Pessoas de 1º MUNDO valorizam:

1º _____

2º _____

3º _____

Idade: _____

Curso: _____

Período: _____

Gênero () Feminino () Masculino

Trabalha: () Não () Sim

Religião: () Católica () Evangélica () Espírita () Afro-Brasileira

() Não tenho

Muito Obrigado por sua colaboração!

APÊNDICE I: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa está sendo desenvolvida por **Samuel Lincoln Bezerra Lins**, Mestrando em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação do **Prof. Dr. Leoncio Camino R. Larrain**, coordenador do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político – GPCP (Fone. 3216.7674 - Cidade Universitária - João Pessoa - PB - Brasil – Ambiente 46 – CEP - 58051-900).

O objetivo geral do estudo é verificar a forma e a intensidade das relações sócio-políticas no Brasil, tanto como suas influências e consequências.

A sua participação na pesquisa é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição (quando for o caso).

Solicito sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de Psicologia e publicar em revista científica. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

O(s) pesquisador(es) estará(ão) a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Data: _____/_____/_____

Assinatura do Participante da Pesquisa